

maré



livre

marllon

sevilha



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Trabalho Final de Graduação
2021 - 2022**

Maré Livre:

Espaços Livres, Processos
Participativos e a Descriminalização da
Juventude Favelada

Trabalho Final de Graduação
apresentado ao curso de Arquitetura e
Urbanismo da Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade Federal
do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
Grau de Arquiteto e Urbanista.

Marllon Sevilha
Autor

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
Orientadora

Participantes do Processo Participativo

Andryelle Lima
Brenda Aguiar
Davsun Santos
Diego Bennker
Fernanda Paiva
Jonathan Monteiro
Joyce Cândido
Julianne Rodrigues
Kailane Amasio
Katiaa Dami
Leanderson Oliveira
Lucas Gomes
Lucas Souza
Marlon Soares
Maryana Oliveira
Matheus Frazão
Rafael Andrade
Thiago Manzotti
Vanussa Rodrigues
Vivian Oliveira
Yago Cunha
Yago Melo
Yolanda de Souza

Revisão e Apoio Técnico
Márcio França

Apoio
Renata Tavares
Tiago Ribeiro
Vanessa Greff
Museu da Maré





“Renascerá, Renascerá
Quem vai fazer pela favela?
Vejo a cena, você vê a fera
Um Rei saindo da cela

Renascerá, Renascerá
Quem vai fazer pela favela?
Eu vejo a cena, você vê a cela
Carta selada ninguém cancela”

A vida é curta pra viver depois, BaianaSystem (2021)

agradecimentos

À Elizete Sevilha e Reginaldo Sevilha, meus pais, por enxergarem na educação um caminho liberdade e emancipação. Esse diploma também é de vocês. Muito obrigado por tudo!

À minha orientadora, Giselle Arteiro, com quem aprendo desde o início da faculdade, pelo respeito ao meu trabalho e pela liberdade a mim oferecida.

Ao Alain Flandes, não apenas por acompanhar esse trabalho tão de perto, mas também pelas discussões, pelos conselhos, pelas fofocas e pelo carinho imenso.

Ao Grupo Ambiente-Educação (GAE), sobretudo a Denise Pinheiro, Flora Fernandez, Rafael Diniz e Sérgio Porto. Com vocês tive meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica e aprendi que a cidade se constrói a várias mãos.

Ao coletivo Yê Mastaba! e aos amigos onde encontrei um quilombo: Alana Crem, Diovana Batista, Felipe Henrique Belo, Lorena Moreira. Com vocês enxergo outros futuros para nossos corpos pretos. O mundo é nosso!

Aos que dividiram essa experiência comigo e tornaram a minha trajetória na FAU uma memória inesquecível: Julio César Moreira, Leonardo Oliveira, Luiza Carolina, Melissa Alves, Natália Pereira e Pamella Maria. Com vocês, até os dias pesados se tornavam profundamente deliciosos.

Aos amigos que me viram crescer, sonhar e tornar esse sonho real, Gisele Braga, Iasmin Ferreira e Raquel Cristina. O que aprendi com vocês, escola alguma seria capaz de me ensinar.

Ao Márcio França, meu parceiro e melhor amigo, pelo apoio, pela dedicação, pelos incontáveis incentivos e por sua infinita colaboração. Aprendo e cresço todos os dias com você.

À equipe do Entre Lugares Renata Tavares, Tiago Ribeiro e Vanessa Greff, por acreditarem no meu trabalho e mergulharem de cabeça comigo nessa empreitada.

Aos protagonistas desse trabalho, Andryelle Lima, Brenda Aguiar, Davsun Santos, Diego Bennker, Fernanda Paiva, Jonathan Monteiro, Joyce Cândido, Julianne Rodrigues, Kailane Amasio, Katiaa Dami, Leanderson Oliveira, Lucas Gomes, Lucas Souza, Marlon Soares, Maryana Oliveira, Matheus Frazão, Rafael Andrade, Thiago Manzotti, Vanussa Rodrigues, Vivian Oliveira, Yago Cunha, Yago Melo e Yolanda de Souza. A potência de vocês me atravessa e me inspira profundamente.

Aos que vieram antes de mim e aos que se quer chegaram onde cheguei. Estou sendo porque você foram um dia. Não acaba aqui, pelo contrário, é só o começo.





resumo

Este trabalho dispõe-se a explicitar as relações entre a descriminalização da juventude favelada e os espaços livres urbanos, uma vez que a escassez ou ausência de espaços livres em territórios de favela materializa uma violência sistêmica de encarceramento contra corpos pretos e favelados e sua construção identitária. A partir desse cenário, e utilizando o Conjunto de Favelas da Maré como recorte, propõe-se uma reflexão a respeito de processos de projeto que perpetuam desigualdades através da não-reflexão sobre a relação entre os corpos favelados que habitam o território e o próprio território de favela. Além disso, também desenvolve uma experimentação que, por meio de uma metodologia coletiva, participativa, colaborativa e afetiva, percebe narrativas dissidentes do pensamento hegemônico a respeito da favela, traça novos referenciais cartográficos e constrói um plano de ações urbanas que objetiva contribuir com o processo de legitimação da existência da juventude preta, favelada e mareense.

Palavras-chaves: favela; cidadania; juventude; metodologia participativa; espaços livres.

resumen

Este trabajo se centra en la interacción entre la despenalización de la juventud de las favelas y los espacios públicos urbanos. La escasez o ausencia de espacios público en los territorios de las favelas materializa una violencia sistémica de encarcelamiento contra los cuerpos negros y de las favelas y su construcción identitaria. A partir de este escenario, y utilizando el Conjunto de Favelas da Maré como recorte, se propone una reflexión sobre los procesos de diseño que perpetúan las desigualdades a través de la no reflexión sobre la interacción entre los cuerpos de las favelas que habitan el territorio y el propio territorio de la favela. Además, también desarrolla una experimentación que, a través de una metodología colectiva, participativa, colaborativa y afectiva, percibe narrativas disidentes del pensamiento hegemónico sobre la favela. También traza nuevas referencias cartográficas y construye un plan de acciones urbanas que pretende contribuir al proceso de legitimación de la existencia de la juventud negra, favelada y mareense.

Palabras clave: favela; ciudadanía; juventud; metodología participativa; espacios públicos abiertos.



sumário

favela, juventude e espaços livres	14
o conjunto de favelas da maré	17
Uma nova cidade dentro da Cidade	17
O Projeto Rio	22
A (re)favela da Maré	26
uma juventude criminalizada	28
Corpos Racializados e Cidades Racializantes	28
Corpos sem juízo: Identidade e Transgressão	33
descriminalizar a juventude	34
Espços Livres e Liberdade	34
Direito a Representação Cartográfica	36
liberdade e prática: projeto participativo	37
Escuta e Renúncia: Reposicionando o arquiteto e urbanista	37
Dispositivos de Escuta	38
Sujeito Afetante, Afetado e Afetivo: Entre Lugares	40
a maré como ponto de partida	42
A Não-Referência: O Parque da Maré	42
Referências Locais: O Pontilhão e o Campo da Vila do João	44
Todo Filho Vingará: Cartografias Faveladas	46
maré livre: um plano de emancipação	50
Carto-transgressão: Uma leitura a partir da vivência	54
Acordos e desacordos: O conflito como lugar de encontro	68
O processo de projeto como ponto de partida e espaço de debate	78
(in)conclusões: reflexões críticas e aprendizados	94
A coadjuvação como um lugar de afetamento e afetação	94
Esta experiência não é um modelo	94
Construindo Dispositivos de Escuta	95
Projetar para/com/na Maré	96
referências bibliográficas	100

favela, juventude e espaços livres

Com origem nos esforços políticos de depreciação, subalternização, invisibilização e dominação de corpos pretos e indígenas, força motriz da construção e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial, o processo de favelização carioca é a manifestação máxima das desigualdades sociais, econômicas e espaciais, expressas através do planejamento urbano. Como forma de garantir a manutenção dessas desigualdades históricas na contemporaneidade, uma imagem da favela é forjada diariamente pelo Estado e fomentada pelos grandes meios de comunicação de massa. Essa imagem arquetípica, que constrói uma narrativa na qual a favela e o favelado são transformados em alegorias repugnantes da decadência social, contribui com uma argumentação que viabiliza a utilização de estratégias de extermínio em corpos e áreas faveladas. Inseridas nesse contexto de esmagamento e necropolítica (MBEMBE, 2018), hoje as favelas são símbolos de resistência e de luta por direito à vida, à cidade e à cidadania.

No que tange ao planejamento urbano em favelas, as intervenções de urbanização propostas pelo Estado tendem a se estruturar a partir de uma lógica industrial de produção de moradia, desconsiderando espaços livres e o lugar de ocupação do próprio corpo, parte fundamental para a construção de um território vitalizado. Tais intervenções reforçam o caráter marginalizante das políticas públicas de urbanização de favelas, que, por meio da não participação e desvalorização do corpo favelado nos processos de concepção e construção dos espaços da cidade, contribuem para a formação

“— A gente combinamos de não morrer.

— Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. [...] Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas.”

Conceição Evaristo (2014)

de populações de cidadania mutilada (SANTOS, 2011).

Como contribuição ao movimento de reparação histórica aos corpos marginalizados pela colonização, e mantidos dessa forma pelo Estado Republicano, a subversão do pensamento sobre a cidade e o planejamento urbano fazem-se urgentes e fundamentalmente necessários. Para tal contribuição, este trabalho objetiva a experimentação de métodos participativos, pelos quais os moradores de favelas protagonizem as discussões e proposições a respeito dos seus lugares de origem e/ou moradia, em um gesto de reconhecimento de subjetividade e intelecto e, conseqüentemente, de empoderamento.

Para dar dimensão material à reflexão proposta, o território do conjunto de favelas da Maré surge como recorte de análise e proposição, com ênfase na população jovem, que, segundo o Censo Populacional da Maré (2018), é majoritária, apesar de fortemente estigmatizada, animalizada e criminalizada. Dessa forma, aqui busca-se observar a relação deste corpo social com o espaço livre, elemento historicamente fundamental no processo de construção identitária coletiva e individual desses corpos. Para além da celebração e valorização de corpos favelados, este trabalho explora caminhos possíveis para a utilização do planejamento urbano como ferramenta subversiva, a partir de uma perspectiva decolonial, de descriminalização da juventude na favela da Maré.

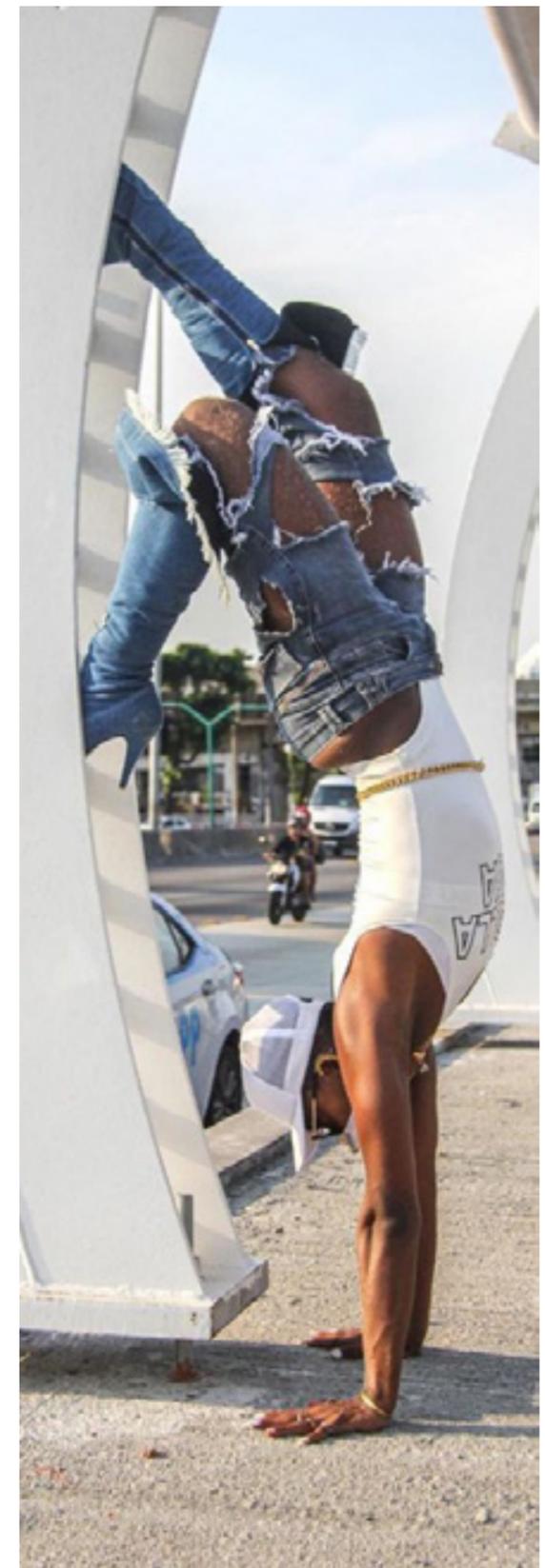
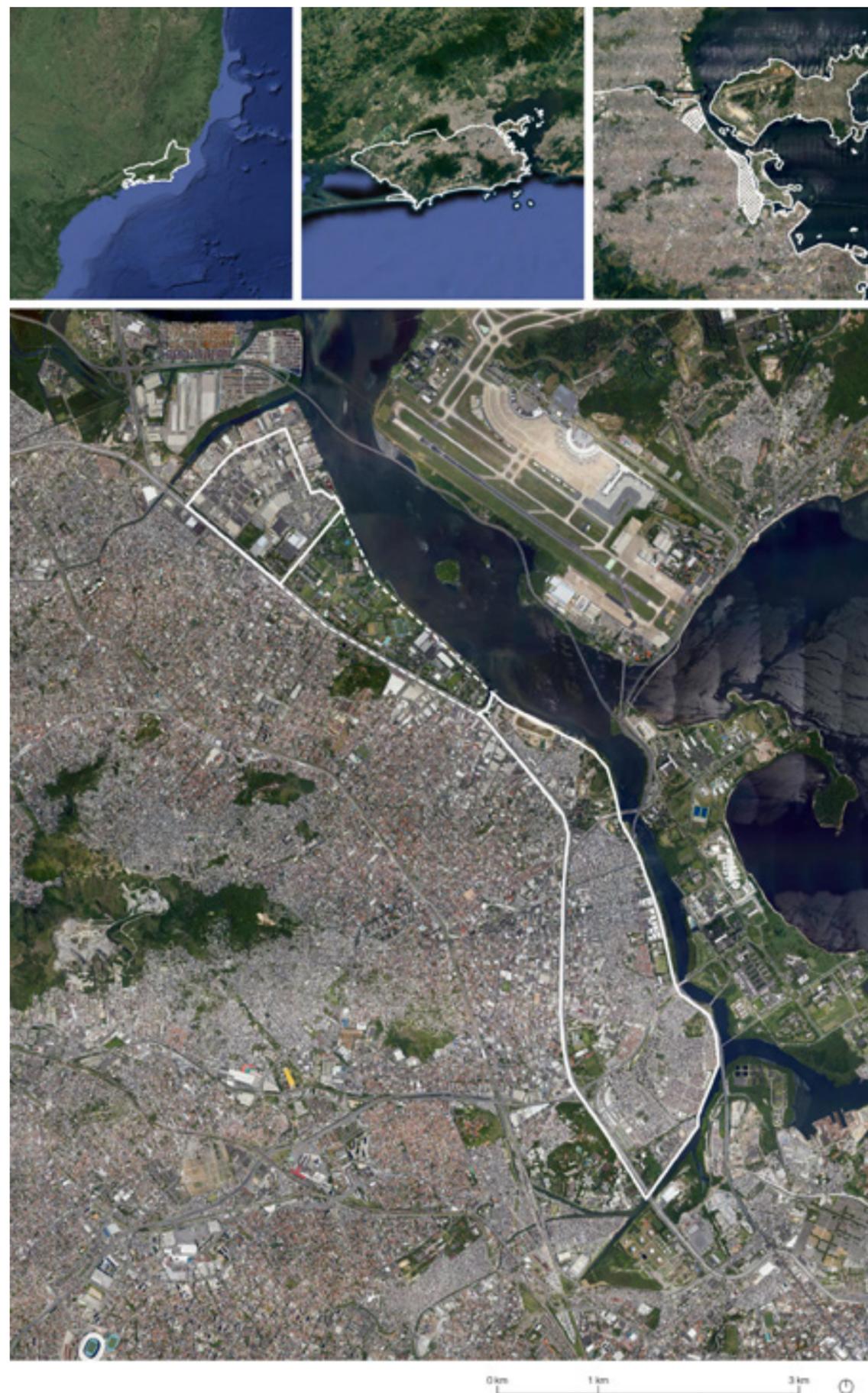


Imagem 01: Juventude e Transgressão na Avenida Brasil.
Foto por Affonso Dalua.



Mapa 01: Localização da Favela da Maré.
Produzido pelo Autor.

o conjunto de favelas da maré

em defesa do direito à terra e à moradia, tendo em vista a expulsão de populações pobres das áreas centrais e “nobres” da cidade para regiões periféricas, bem como a ocupação de seu território antes mesmo da inauguração da Avenida Brasil, que viria a facilitar o acesso ao local e o deslocamento para o trabalho na região central da cidade. Dessa forma, a população da Maré se constrói e se organiza, inicialmente, a partir de pessoas e famílias pretas, indígenas e imigrantes do nordeste brasileiro em busca do direito à terra e à moradia.

Devido à circunstância geográfica do território de mangue e à vulnerabilidade econômica de seus moradores que, em boa parte, trabalhavam na crescente área da construção civil, as moradias foram idealizadas e construídas de modo a se adaptarem a essa condição por meio de palafitas, técnica construtiva presente no território até o início da década de 90. Distantes de políticas públicas de ocupação do solo, moradia e saneamento, as ocupações iniciais da Maré desenvolvem seus próprios métodos de demarcação fundiária, bem como de aterramento de diversas áreas de mangue - movimento necessário, tendo em vista o crescimento populacional acelerado e a consequente demanda por moradias de caráter mais duradouro. Nos anos 60, a partir da percepção do Estado a respeito da consolidação das favelas da Maré às margens da Avenida Brasil, começam a surgir ações, de interesse tanto da esfera pública quanto da privada, para o desenvolvimento de grandes aterros em favor da construção de moradias populares a partir de uma agenda funcionalista e higienista.

Uma nova cidade dentro da Cidade

O conjunto de favelas da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e à margem da Baía de Guanabara, é composto por 17 favelas e é, atualmente, o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina, com 129.770 habitantes, segundo o Censo Populacional da Maré (2018). Apesar das ocupações iniciais datarem da década de 40 no Morro do Timbau, ou mesmo do início do século XIX com a presença de núcleos de pescadores, a Maré foi legalmente reconhecida como Região Administrativa apenas em 1988 e como bairro apenas em 1994, superando as políticas públicas de desmonte que interceptam territórios de favela na cidade do Rio de Janeiro desde o seu surgimento.

A história da formação da favela da Maré é marcada pela luta e articulação de movimentos populares

Apesar das intervenções que buscaram civilizar o território da

Maré apagando as formas faveladas de produção de cidade através da padronização da moradia, como, por exemplo, no Projeto Rio (1979-1981), a favela da Maré prosseguiu na luta coletiva, por meio da articulação entre as associações de moradores, a fim de garantir o território que conhecemos hoje como seu lugar de origem e de direito, consolidando-se enquanto uma nova cidade dentro da Cidade. Hoje, a favela da Maré é referência de inventividade e resistência, mas esse fato não anula a dívida e o dever que o Estado ainda tem em garantir qualidade de vida aos seus moradores para além de políticas habitacionais e de segurança pública, que reforçam a marginalização e invisibilização.





Imagens 03, 04, 05 e 06: Cotidianos da Favela da Maré.
Fotos por AF Rodrigues.

Território da Favela da Maré

Favelas:

- Conjunto Esperança_01*
- Vila do João_02*
- Conjunto Pinheiro_03*
- Vila Pinheiro_04*
- Parque Ecológico_05*
- Novo Pinheiro_06*
- Bento Ribeiro Dantas_07*
- Morro do Timbau_08*
- Baixa do Sapateiro_09*
- Nova Maré_10*
- Parque Maré_11*
- Nova Holanda_12*
- Parque Rubens Vaz_13*
- Parque União_14*
- Roquete Pinto_15*
- Praia de Ramos_16*
- Marcílio Dias_17*

Facções:

- Terceiro Comando Puro* ■
- Comando Vermelho* ■
- Milícia* ■



Mapa 02: Divisão do Território da Favela da Maré.
Produzido pelo Autor.

O Projeto Rio

Na contramão da atuação popular no desenvolvimento territorial da Maré, o Projeto Rio foi um projeto político que nasceu no declínio da ditadura militar, mas que se mostrou como um último esforço de manutenção do poder governamental dos militares já que, buscando o apoio das camadas populares, os próprios militares sugerem um programa de intervenções urbanas para atender às necessidades básicas e, por meio disso, construir um diálogo com as populações mais vulneráveis. Dessa forma, o projeto, apesar de forjar uma grande oferta de moradia, saneamento, escolas e creches, tinha seu eixo central na remoção de pessoas, na destruição de moradias preexistentes – a última, graças à ação popular, sendo reduzida apenas às moradias em palafitas – e na construção ortodoxa de grandes conjuntos habitacionais. Mais do que a reordenação da paisagem urbana carioca, o Projeto Rio configura uma ação estratégica de apagamento da memória da favela da Maré, promovida pelo Estado.

De modo prático, o Projeto Rio, sob comando do Banco Nacional de Habitação (BNH), durante o mandato do presidente João Figueiredo e do Ministro do Interior Mário Andreazza (1979 - 1985), consistiu em um movimento de erradicação de moradias em palafitas das áreas consolidadas da Maré até o momento (Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União) e de remoção dessa população para conjuntos habitacionais a serem construídos em áreas ainda não consolidadas da Maré. A partir disso, foi realizado um grande aterro que uniu a antiga Ilha

dos Pinheiros, onde hoje localiza-se o Parque Ecológico, ao continente, onde as novas unidades de habitação seriam construídas massivamente.

A prova de que o Projeto Rio falhou como política pública de reconstrução da paisagem é que os conjuntos habitacionais construídos, hoje conhecidos como a Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Esperança e Conjunto Pinheiro, não previam - e, por este motivo, não foram capazes de impedir - outras formas de construção da paisagem. Tendo em vista a descaracterização formal dos conjuntos habitacionais e do espaço urbano em favor da experimentação de novos modos mistos de uso e ocupação do solo, o Projeto Rio também se mostra como a materialização do fracasso do planejamento urbano. Apesar disso, essas falhas, por parte do Estado e de acordo com os objetivos Estatais, não representam, de forma alguma, o fracasso dos moradores da Maré. Pelo contrário, reafirmam a importância da participação popular nos processos de construção da cidade para a garantia de espaços vitais.



MÚSICA II

É o Promorar.
É o samba do Projeto Rio.

Motivo.
Motivo de alegria.
Momento de felicidade.
A Favela da Maré vai se transformar
em ponto pitoresco da cidade.

Vão ganhar uma casa bonita.
Vão acabar com as palafitas.
Vai ter área de lazer pras crianças
deitar e rolar.
Um jardim florido pras gatinhas passear.
É!

Rua Iluminada
E até orelhão.
O Projeto Rio é a nossa curtição.
Império de Bonsucesso
Do seu povo nunca esquece.
Capricha Andreazza o favelado mereçe.





Imagens 12, 13, 14 e 15: Obras de Urbanização da Favela da Maré. Fotos do Arquivo Nacional.

intervenções Urbanas na Favela da Maré

Organização Popular ■

COHAB ■
Intervenção Pública
do Governo Estadual

Projeto Rio ■
Intervenção Pública
do Governo Federal

Projeto Morar sem Risco ■
Intervenção Pública
do Governo Municipal



Mapa 03: Intervenções Urbanas no Território da Maré. Produzido pelo Autor.

A (re)favela da Maré

*“A refavela revela o salto
Que o preto pobre tenta dar
Quando se arranca do seu barraco
Prum bloco do BNH”*

Gilberto Gil (1977)

A partir da reflexão crítica a respeito da narrativa até aqui construída, é possível destacar que o Projeto Rio (1979-1981) é responsável por boa parte das intervenções urbanas da Maré, com especial concentração ao sul do território. Para além de uma urbanização higienista focada na questão da padronização dos modos de morar e da reconstrução da paisagem, a população da Maré supera os ideais civilizantes e reducionistas da intervenção e se refaveliza. Esse ato consiste na percepção do território como lugar de experimentação de modos de ocupação do corpo favelado no espaço urbano. Dessa forma, a população subverte a lógica padronizante do planejamento urbano do Projeto Rio e se reintegra ao restante do conjunto de favelas a partir da elaboração de suas próprias lógicas urbanas.

A inventividade da população mareense a respeito de seu território não retira a responsabilidade e o dever

do Estado em garantir qualidade de vida para os moradores, tendo em vista que, apesar da resposta popular à intervenção, as áreas urbanizadas pelo Projeto Rio ainda hoje possuem regiões desvitalizadas e fragilizadas. Apesar da grande área urbanizada, houve um frágil pensamento sobre os espaços livres, o que resultou em espaços residuais com tendência à ocupação e, ao considerar espaços livres como elementos fundamentais para a garantia de uma vida de qualidade, o Estado segue um processo de falha contínuo.

À vista disso, define-se como recorte piloto para a experimentação de um processo de concepção de um sistema de espaços livres, como política pública de planejamento urbano, a área que sofreu intervenções do Projeto Rio ao sul da favela, com atuação específica de um mesmo grupo armado - o Terceiro Comando Puro - a fim de evitar conflitos territoriais nos processos de pesquisa. Assim, aqui determina-se como região piloto o conjunto formado pelas seguintes favelas: Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiro, Vila Pinheiro, Parque Tecnológico, Novo Pinheiro, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré.



Imagem 16: Tem que ter fé na Favela (da Maré).
Fotocolagem por Douglas Lopes.

uma juventude criminalizada

Corpos Racializados e Cidades Racializantes

Enquanto a favela resiste através da reinvenção e se reinventa através da resistência, inúmeros são os esforços que ainda objetivam a degradação e o encarceramento da favela e de corpos favelados na contemporaneidade. Segundo Fanon (2008), a racialização de corpos é um artifício político de dominação e imposição de poder, de forma que o corpo dominado possa servir aos objetivos de uma raça dita superior e hegemônica. A partir dessa reflexão, alguns personagens protagonizam a elaboração e difusão de um imaginário coletivo a respeito das favelas, sendo eles: o planejamento urbano, os agentes da segurança pública e os grandes meios de comunicação de massa; uma vez que todos esses pertencem e respondem às demandas do corpo hegemônico: a branquitude.

A grande mídia, com destaque especial ao jornalismo, corrobora com pensamento racializante acerca das favelas, construído e fundamentado historicamente nos ideais de branqueamento. Estes ideais, como afirma Carneiro (2005), estão enraizados na sociedade através da veiculação permanente dos sucessos materiais e simbólicos que consagram a superioridade da branquitude e, em consequente contraponto, inferiorizam e estigmatizam a negritude. A mídia jornalística, resultado da interpretação não-neutra de acontecimentos e fatos, a partir da perspectiva específica de um grupo social, forja e fomenta uma imagem decadente e preconceituosa da juventude favelada, traduzida a partir do destaque à atuação de grupos armados, ao tráfico e ao consumo de

“A polícia covarde vai matar qualquer um [...] Quando começou a operação Da Pê-ê-mê, não deu pra onde correr Mais de 20 canas Disfarçados à luz do Sol Matando, pra todo mundo ver Quando viram o que os vermes fizeram Era um morador, todos disseram Dez tiros no chão, dois corpos sem vida A polícia militar: Operação bem sucedida”

FBC, VHOOR (2021)

drogas. Dessa forma, ao oportunizar a invisibilização de narrativas desviantes do pensamento hegemônico, a favor da manutenção da superioridade branca, a produção midiática de massa se insere no processo de manutenção do imaginário coletivo como agente do epistemicídio, artifício que deslegitima e criminaliza o pensamento negro mas qualifica o pensamento branco sobre o negro (CARNEIRO, 2005).

Enquanto corpo social deslegitimado e criminalizado, a favela e os corpos favelados são a materialização do sucesso do racismo como elemento estruturante do pensamento hegemônico, e assim tornam-se sujeito-efeito (SPIVAK, 2010). Em outras palavras, a subalternização desses sujeitos é um efeito do pensamento dominante, que propõe que sujeitos racialmente inferiores se esvaziem de suas subjetividades e ocupem lugares à margem. Em concordância a essa ideia, o planejamento urbano viabiliza a marginalização e o encarceramento espacial de corpos favelados ao garantir e delimitar que territórios estratégicos e privilegiados na cidade sejam destinados ao corpo social dominante, e não-destinados aos corpos dominados.

De forma geral, a ênfase na veiculação em massa de perspectivas estigmatizantes sobre a juventude favelada, em conjunto com o encarceramento desses corpos em espaços específicos da cidade, assume posição importante no sistema de manutenção de opressões, visto que oferece subsídio para intervenções policiais de extermínio, a fim de garantir que corpos marginais sigam em decadência em benefício da segurança da hegemonia. A articulação entre

esses agentes configura uma política de extermínio, a qual ainda vincula-se a outros grupos sociais, inclusive o acadêmico e, conseqüentemente, o campo da arquitetura e do urbanismo, transformando-o em um agente da morte.



Imagem 17: Onde tudo acaba em mim. Escultura por Flávio Cerqueira.

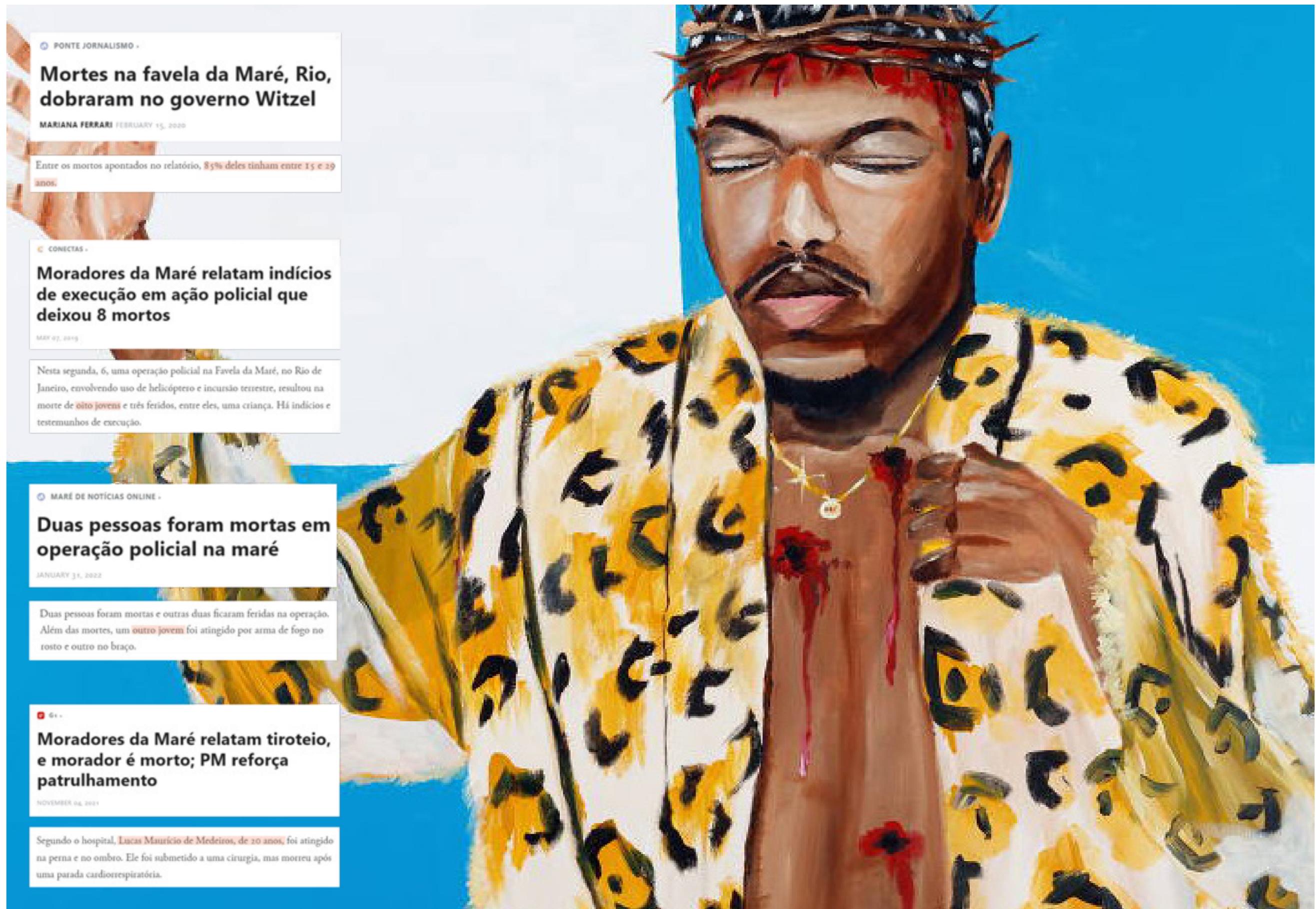




Imagem 19: AMARÉFUNK.
Foto por Douglas Lopes.

Corpos sem juízo: Identidade e Transgressão

*“O que pode um corpo sem juízo?
Quando saber que um corpo abjeto se
torna um corpo objeto e vice-versa?
Não somos definidos pela natureza as-
sim que nascemos, mas pela cultura que
criamos e somos criados.”*

Jup do Bairro (2020)

A partir da compreensão de que o racismo estrutural, apesar de sua invisibilidade, é a macrocausa (GOMES; LABORNE, 2018) das violências direcionadas à juventude negra, é possível imaginar estratégias de sobrevivência do corpo negro que se estruturam através da camuflagem desse corpo, em um gesto de esquívamento destas agressões. Fanon (2008) afirma a existência de um complexo de inferioridade que resulta do apagamento cultural infligido ao corpo negro e complementa que, devido à ideia de inferioridade, a assimilação de valores culturais do corpo hegemônico se apresenta como um movimento de sobrevivência, ou seja, supõe-se que quanto maior a rejeição às suas raízes negras, maior o envolvimento e a identificação desse corpo com corpos brancos e, conseqüentemente, menor a violência a ser suportada. Esse movimento parte de uma percepção unicultural do Brasil, estruturada e reafirmada pela mestiçagem, contramão de uma visão de sociedade plural biológica e culturalmente (MUNANGA, 2004).

Apesar dessa possibilidade de enfrentamento do racismo pela camuflagem, que revela-se racista em

suas raízes, uma vez que se estabelece a partir de ideais de apagamento, novos movimentos de emancipação estão sendo organizados. Essas novas formas de sobrevivência configuram uma alternativa transgressora de reafirmação da identidade negra e de denúncia da criminalização racista de seus corpos.

A partir da recusa ao lugar de morte, a juventude negra constrói um lugar de orgulho para a percepção do seu próprio corpo social, lugar antes inviável, mas que agora viabiliza a reconexão com sua cultura e a manifestação dessa cultura através do corpo como protesto. Os cabelos crespos, as marcas de biquíni, a descoloração dos cabelos, a desenvoltura dos passinhos e a métrica das rimas corporificam e espacializam reflexões políticas que traçam novos caminhos para a juventude negra, onde a morte, em suas várias formas, não é mais uma realidade aceitável.

descriminalizar a juventude

também argumenta que o processo de favelização pode ser caracterizado como um projeto forjado em bases ainda mais antigas do escravagismo: a senzala. A partir de uma reflexão transversalizada, é possível construir uma narrativa em que a favelização se estabelece através da ressignificação das dinâmicas separatistas preexistentes entre casagrande e senzala, buscando agora dialogar com interesses do capital e do Estado Republicano, utilizando como ferramenta contemporânea de encarceramento o planejamento urbano.

Ao compreender o contexto histórico do processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro, suas características morfológicas e o seu impacto nos corpos marginalizados, esta investigação assume como objetivo geral o reconhecimento dos espaços livres como direito básico e fundamental para a reversão do processo de marginalização de corpos favelados. Portanto, também busca-se identificar e valorizar espaços livres e práticas urbanas preexistentes e elaborar um plano de ações urbanas de acordo com as demandas locais, de forma a consolidar um sistema de espaços livres que contribua com a vitalidade urbana da favela. Compreende-se que esses objetivos, articulados a uma metodologia participativa, configurem um esquema de transgressão (HOOKS, 2013) para descriminalizar a juventude na favela da Maré. Dessa forma, se torna possível uma análise qualitativa desestigmatizada dos espaços livres preexistentes, compreendendo como foram implementados e como se mantêm vitais, apesar da tendência de ocupação de áreas livres devido ao déficit habitacional.

Espaços Livres e Liberdade

O processo de evolução urbana do Rio de Janeiro se estabeleceu - e ainda se estabelece - a partir de interesses coloniais de dominação, fragmentação e segregação socioeconômica. Segundo Abreu (1994), o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro tem forte vínculo com os desdobramentos políticos oriundos da transição do regime monárquico ao regime republicano durante a segunda metade do século XIX. Em paralelo, é possível afirmar que a favelização é fundamentalmente estruturada pela farsa da abolição formal da escravidão de 1888, posto que, como afirma Nascimento (1978), o “ato libertador” dá fim à escravização do negro mas condena o negro à periferia da sociedade de classes e, conseqüentemente, da cidade, através da não inserção dos escravizados libertos como cidadãos de direito. Além destas perspectivas, Souza (2018)

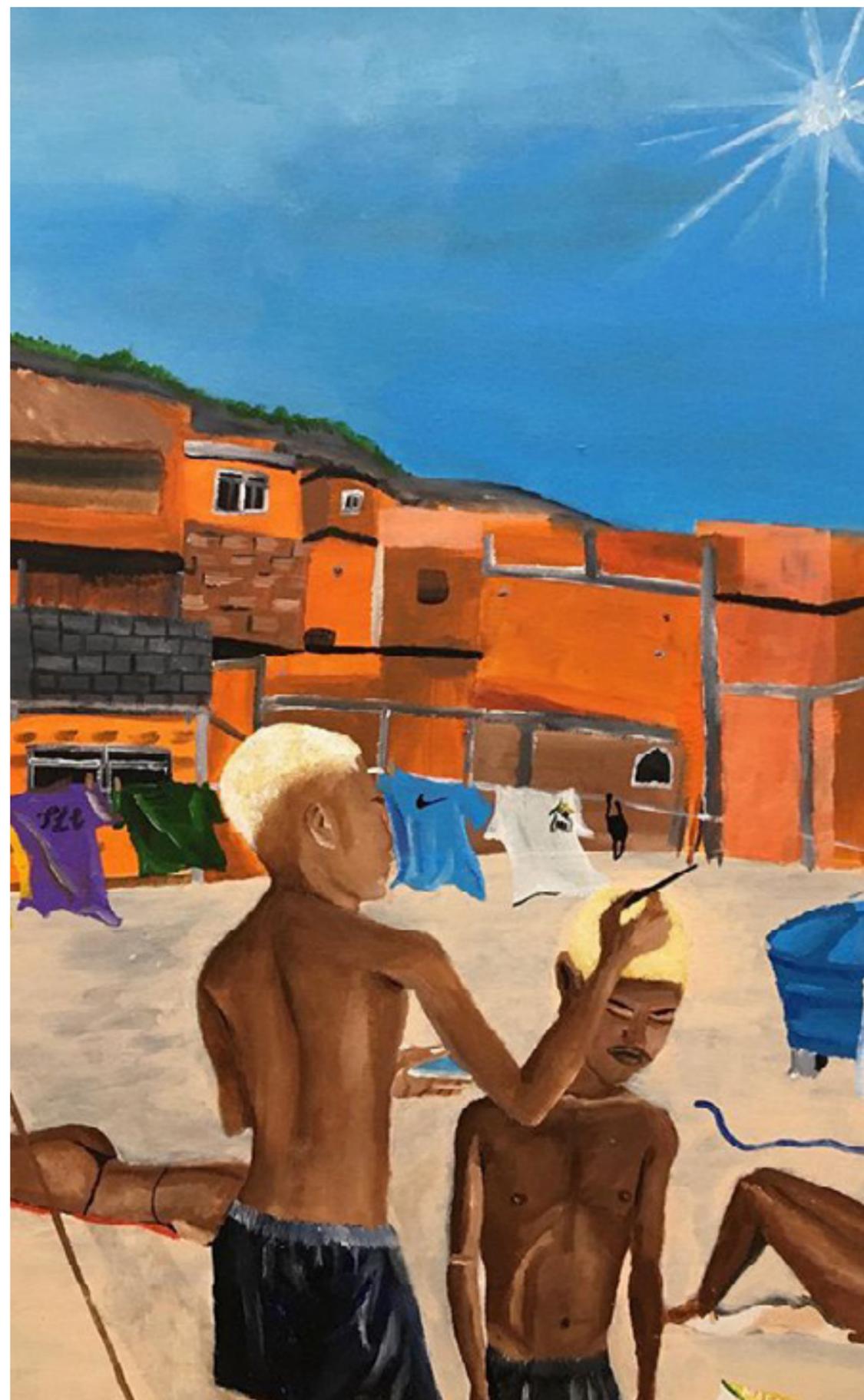


Imagem 20: Pique do final de ano. Pintura por Jota.



Imagem 21: Mapa atual (Brasil acima de tudo).
Escultura por Jefferson Medeiros.

Direito a Representação Cartográfica

Dentre as várias estratégias de apagamento e marginalização de corpos favelados na cidade, a cartografia ocupa um lugar importante na elaboração de narrativas invisibilizantes no que tange o espaço urbano. A partir de uma reflexão na qual a cartografia é uma ferramenta ideológica de construção de discurso com o objetivo de definir relações de poder (HARLEY, 2009), é notório que a representação cartográfica das favelas cariocas é fundamental na manutenção de sua marginalização. Apesar do surgimento tardio das favelas em mapas oficiais a partir de 1946, ainda hoje as favelas são representadas como vazios cartográficos. A não-representação desses espaços reforça a ideia distorcida de que as favelas são problemas a serem combatidos (ABREU, 2013), logo, como estão destinadas à extinção, não precisam ser mapeadas ou cartografadas. Em via oposta à ideia de extinção das favelas e de corpos favelados, busca-se, especificamente, mapear afetivamente o território da Maré e construir uma cartografia participativa -

a qual preencha lacunas que os métodos ortodoxos de cartografia e mapeamento não são capazes de abarcar - e, assim, alcançar uma representação cartográfica que corresponda à pluralidade e inventividade do território da Maré.

Inevitavelmente, este trabalho também busca valorizar e visibilizar a atuação de movimentos populares em favelas, peças-chaves na concepção e experimentação de métodos subversivos que possibilitam a superação da ideia estigmatizada de favela, bem como a construção de futuros possíveis a partir da valorização do que a favela tem a oferecer: os bailes, as tendências estéticas, as músicas, as danças, os verbos, e a própria existência.

liberdade e prática: projeto participativo

os jovens favelados – vulgarmente considerados vagabundos e delinquentes –, como perceber e projetar através das potências? Como trazer à tona qualidades que são constantemente ofuscadas por suas deficiências?

O pensamento moderno e industrial sobre a cidade reafirma uma lógica de organização do espaço urbano que se estrutura pela eliminação de elementos que transgridem a ordem urbana e não fomentam as ambições do capital. Esse pensamento assume a geometria como linguagem do homem (LE CORBUSIER, 2014) e enxerga em métodos padronizantes – módulos e traçados reguladores – a solução para os problemas morfológicos da cidade, sem considerar as dinâmicas propostas e vivenciadas pelos que habitam a cidade. Devido à impossibilidade de padronização da cidade a partir de corpos não-padronizados, esse modo de pensar e produzir espaços urbanos não é capaz de elaborar soluções para os problemas da cidade contemporânea, pelo contrário, é capaz de agravá-los.

Como resposta ao fracasso do pensamento urbano moderno e liberal, tendo em vista o crescimento desordenado e desigual de grandes cidades, como o Rio de Janeiro, novas abordagens para o enfrentamento da crise urbana se apresentam, sendo uma delas, com considerável destaque no pensamento contemporâneo sobre a cidade, o urbanismo tático. Como uma ferramenta de reapropriação de espaços, o urbanismo tático age como uma espécie de acupuntura urbana, que soluciona problemas imediatos, mas que carece de uma reflexão estrutural relativa ao seu impacto em espaços maiores de tempo. Para além da busca

Escuta e Renúncia: Reposicionando o arquiteto e urbanista

O conjunto de favelas da Maré tem memória coletiva marcada por seu histórico de violência armada, fomentado, principalmente, pela atuação da polícia militar. Desta forma, mantém-se inscrito neste contexto onde as vulnerabilidades ocupam posição de protagonismo e as potências da favela e de seus moradores são invisibilizadas. O cotidiano da favela, quando observado por ótica externa a esse cenário, traz consigo significados carregados de preconceitos e suposições, que reforçam um contexto de manutenção constante do esmagamento histórico em prol do pensamento hegemônico colonial, pelo qual a cidade e o planejamento urbano são concebidos a fim de servir ideais segregacionistas. Diante de tantos esforços que buscam depreciar a identidade das favelas cariocas e de seus moradores, especialmente

por novos espaços urbanos, para o enfrentamento da crise urbana faz-se necessário buscar novos espaços de Estado (BRENNER, 2016), tendo em vista a necessidade de práticas urbanas que reconfigurem coletivamente os modos de uso e ocupação do espaço. Portanto, aqui se propõe uma experimentação participativa que seja capaz de superar os paradigmas do urbanismo moderno e de utilizar o planejamento urbano como ferramenta de produção de justiça social através do espaço.

Dispositivos de Escuta

O reconhecimento da diversidade de contextos existentes na cidade do Rio de Janeiro é fundamental para pensar

métodos, instrumentos e dispositivos que deem conta de identificar e mapear potencialidades e elaborar políticas públicas e proposições projetuais, principalmente nas favelas cariocas. De forma a incluir a comunidade nas decisões a respeito de seus respectivos territórios, o projeto participativo sugere a legitimação da cidadania através da escuta como ferramenta de humanização e inserção da população nos processos referentes ao planejamento urbano. Essa escuta busca reconhecer, por meio das perspectivas dos que habitam o território, potências, fragilidades, desejos e afetos relacionados ao espaço urbano no qual estão inseridos.

Ao enxergar a escuta como parte essencial na produção colaborativa dos

espaços da cidade, os dispositivos de escuta (AZEVEDO, 2019) estabelecem-se como artifício que articula um diálogo entre o arquiteto e urbanista, enquanto agente da produção dos espaços urbanos, e a população, enquanto atores sociais que vivenciam esses espaços urbanos. Somente desta forma, pela possibilidade de trabalho através da liberdade (HOOKS, 2013), alcança-se o rompimento com os limites do atelier de projeto e com as práticas hierárquicas da produção de cidades, reposicionando o arquiteto em lugar de aprendizado rizomático.

Para projetar com/para a Maré, de forma prática, assume-se aqui a utilização de dispositivos de escuta como ferramenta principal de projeto.

Dessa forma, propõe-se a construção de um projeto à várias mãos, a partir de interações desencadeadas pelos dispositivos de escuta. De forma prática, propõe-se aqui a realização de atividades em formato de oficinas com o fim de mapear espaços livres e relações afetivas e qualitativas quanto a esses espaços. Além disso, aqui também se propõe a utilização de dispositivos de escuta como ferramenta propositiva, garantindo a participação da população no processo de concepção projetual.



Imagem 22: Baile do Egito.
Pintura por Jota.

Sujeito Afetante, Afetado e Afetivo: Entre Lugares

*“negros são corpos que se movem
corpos
de todas as cores
que foram marginalizados*

[...]

*o que acontece quando a margem se
move?*

*se a margem se move, o que acontece
com o centro?”*

Pedro Emanuel Carvalho (2019)

A fim de garantir que a visão da juventude seja contemplada, é fundamental a construção de uma relação de parceria com moradores do território. A partir dos limites impostos pelos recortes espacial e etário, das informações obtidas em mapeamentos prévios da área e das percepções construídas em idas a campo, importantes agentes e potenciais parceiros-sujeitos foram identificados nesse processo, sendo um deles o Entre Lugares.

O Entre Lugares é um coletivo de teatro baseado no Museu da Maré, braço importante do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), organização que atua de forma intensa e muito articulada em todo o território da Maré. O coletivo, que trabalha exclusivamente com jovens moradores da Maré e imediações, desenvolve suas atividades a partir da pesquisa da memória do território e, assim, constrói narrativas que traçam novas possibilidades de passado, presente e futuro para corpos favelados. A escolha

do Entre Lugares como sujeito afetante, afetado e afetivo desse processo se dá através da identificação com os movimentos de subversão de ferramentas antes dedicadas apenas a corpos dominantes. Em outras palavras, essa escolha ocorre pela ação de reinvenção do teatro orquestrada pelo Entre Lugares, ação essa que também se busca aqui, porém de reinvenção do planejamento urbano. Dessa forma, neste processo, há de se priorizar a construção de novas narrativas urbanas através das vivências e das formas de manifestação do corpo favelado no espaço.

O entrelaçamento entre as práticas do teatro e da arquitetura e urbanismo expande os horizontes a respeito dos métodos de produção da cidade contemporânea, na medida em que essa fusão aparenta oferecer resultados imprevisíveis, a própria experiência reforça que o arquiteto e urbanista não é capaz de produzir cidades ideais sem a participação de agentes urbanos. Sendo assim, espera-se que esse trabalho, a partir da interdisciplinaridade, revele novas perspectivas de leitura e proposição no espaço urbano.



a maré como ponto de partida



Imagens 25 e 26: Imagens de divulgação do Parque da Maré. Imagens pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A Não-Referência: O Parque da Maré

A partir da ausência de políticas públicas que pensem a oferta e a manutenção de espaços livres nas favelas cariocas, aqui se propõe uma breve análise acerca de uma não-referência. A leitura crítica dessa proposta de intervenção é uma forma de questionar os métodos tradicionais – e ultrapassados – de produção de espaços urbanos e de construir um repertório de métodos e práticas a serem evitados. Posto isto, aqui se pretende construir uma crítica a respeito do Parque Urbano da Maré, intervenção urbana proposta pela Prefeitura do Rio durante o mandato do Prefeito Marcelo Crivella (2017-2020).

Apesar das poucas informações divulgadas pela Prefeitura do Rio a respeito da proposta da intervenção, algumas breves considerações podem ser elaboradas. O desenvolvimento de

políticas públicas focadas em espaços livres em favelas é fundamental para reverter as ações de dilaceramento urbano das favelas, viabilizadas pelo próprio Estado. Nesse sentido, é notável que o projeto não apresenta subsídios para configurar uma política pública acerca de espaços livres em territórios favelados, visto que não apresenta uma reflexão crítica acerca do território ou, tampouco, diretrizes de projeto.

A falta de conhecimento a respeito do território ganha ênfase a partir do pequeno texto, o qual descreve o projeto como uma intervenção que garante “levar lazer, diversão, esporte, educação, saúde e cultura para a região”. Essa afirmação parte de um pensamento equivocado que compreende o território da Maré como um lugar carente e frágil, que não oferece nenhum desses elementos. Como exposto nesta investigação, a Maré está para além dos estereótipos de vulnerabilidade, e qualquer intervenção



que parta desse pressuposto, como a proposta do Parque da Maré, está condenada ao fracasso, mesmo que sejam construídas.

Um outro aspecto problemático, perceptível na proposta apresentada pela prefeitura, é o caráter comercial e econômico que estrutura a intervenção e esboça um movimento de metropolização liberal da favela. Parte dessa ideia se estabelece sobre o interesse específico em uma área, dentre outras inúmeras possibilidades, conectada à Linha Amarela, que poderia estabelecer conexões com outras áreas da cidade. Além disso, o próprio programa reafirma esse movimento, uma vez que prevê a construção de um mercado popular a fim de construir um novo eixo comercial, mas agora institucionalizado. Esse conjunto de ações se configura a partir da desconsideração dos eixos econômicos já estabelecidos no território da Maré e busca, a partir da favela, atingir o lucro

sem prever qualquer tipo de retorno.

Como outra característica intencionalmente problemática, encontra-se a redução da proposta à imagens computadorizadas e a um breve programa de necessidades, os quais respondem a uma lógica que transforma o projeto, e o próprio solo a ser intervencionado, em um produto a ser comercializado. O movimento de construção de uma narrativa imagética breve e de fácil leitura tem por objetivo alcançar a aceitação por parte dos moradores e, assim, disfarçar a não-participação popular na construção da proposta. Essa prática revisita o modo de operação do Projeto Rio, uma vez que se utiliza de uma intervenção na favela – e não para a favela – para alimentar seus interesses político-partidários.

Referências Locais:**O Pontilhão e o Campo da Vila do João**

Para pensar um sistema de espaços livres para a Maré, se faz necessário revisitar as referências que o próprio lugar oferece. Através dessa reflexão, é possível compreender como esses espaços se comportam e como se mantêm – ou não – vitais. Para compreender melhor como pensar a Maré a partir dos espaços livres, e vice-versa, aqui se propõe uma breve investigação a respeito de dois espaços livres do território: o Pontilhão e o Campo da Vila do João.

O Pontilhão, localizado sob o viaduto da Linha Amarela, é um espaço dedicado à prática de esportes como futebol, basquete e skate, que se estabelece a partir da organização popular. Enquanto espaço livre,

o Pontilhão é um elemento muito importante na garantia da vitalidade urbana do seu entorno, posto que o seu espaço permanece ocupado durante vários momentos do dia, o que intensifica a sensação de segurança e possibilita a construção de vínculos afetivos. É possível afirmar que a ausência de investimento público, neste caso em específico, tenha sido um fator importante para a manutenção da vitalidade desse lugar, uma vez que as intervenções da esfera pública em espaços livres apresentam um histórico de generalização e, conseqüente, desvitalização. De forma alguma essa afirmação pretende isentar o poder público de suas responsabilidades nos processos de construção da cidade, mas, pelo contrário, denunciar o caráter cisalhante e falho de sua práxis. Outra característica que viabiliza o estabelecimento do Pontilhão como um

espaço livre vital é a sua construção como lugar para o corpo favelado a partir das demandas desse mesmo corpo. Ou seja, a ocupação da área sob o viaduto se afirma a partir da consciência de um corpo social a respeito de seus desejos, a ponto de materializá-los em espaço e, como protagonistas desse processo, se manterem vinculados a esse espaço e responsáveis por ele.

Em uma direção diferente, não necessariamente oposta, emerge o Campo da Vila do João. O Campo faz parte do forte pólo eixo comercial da Vila do João e é utilizado, majoritariamente, para a realização de grandes eventos, como o famoso Baile da Disney. É válido afirmar que o Campo da Vila do João é um espaço livre que oferece grandes contribuições à vida econômica da favela, uma vez que atrai muitas pessoas, inclusive externas ao território,

para seus eventos. Apesar do caráter comercial, e até mesmo turístico, que o Campo assume enquanto espaço livre, ele ainda se mantém a serviço das demandas locais como, por exemplo, o fortalecimento econômico do território e o acesso a atividades de lazer e recreação, como o baile funk. Apesar de inscrito em uma lógica comercial, o Campo da Vila do João não enfraquece a crítica feita anteriormente ao fetiche neoliberal de comercialização dos espaços livres. Isso porque o Campo responde às lógicas que derivam da prática urbana dos corpos favelados e a serviço desses corpos. Em outras palavras, o Campo da Vila do João é um artifício urbano, social e econômico aliado aos movimentos de construção do território e, por isso, se mantém ativo e potente.



Imagem 27: Pontilhão.
Foto por Marllon Sevilha.



Imagem 28: Baile da Disney.
Foto por Autor Desconhecido.

Todo Filho Vingará: Cartografias Faveladas

Dentre as várias contribuições que as práticas teatrais podem oferecer ao campo da Arquitetura e do Urbanismo, como a construção de novas narrativas e outros imaginários a respeito da Maré, a Companhia Cria do Beco, coletivo que deriva do Entre Lugares, através do espetáculo “Nem todo filho vinga” se apropria da cartografia e apresenta uma nova forma de organizar, representar e espacializar a favela da Maré.

Baseada na obra “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, a encenação nasce da frase provocativa com a qual o autor encerra sua obra: “Nem todo filho vinga”. A partir disso, se constrói, por meio das percepções e reflexões de corpos favelados e mareenses, uma narrativa que se estrutura a partir da memória e que materializa um cotidiano comum a muitos corpos favelados. Neste espetáculo, o coletivo aborda conflitos identitários, viabilizados e fomentados pelo racismo, que se materializam diariamente a partir da geografia urbana. A partir deste contexto, o coletivo utiliza da cartografia como plataforma de diálogo e de construção de narrativas, possibilitando reflexões sobre o impacto da segregação e do encarceramento socioespacial na construção identitária de corpos pretos e favelados.

“Nem todo filho vinga” abre novos caminhos para o pensamento cartográfico, uma vez que, ao inserir a cartografia como um elemento cenográfico, preocupa-se em viabilizar a percepção de camadas mais subjetivas relativas ao território da Maré, posto que não se compromete a explicitar relações mais convencionais e funcionais da

cartografia, como os contrastes entre áreas livres, áreas edificadas e eixos viários. Pelo contrário, a utilização de uma ceno-cartografia (ou cartoceno-grafia), ferramenta que corporifica as subjetividades territoriais a partir da fusão entre as práticas cartográfica e teatral, oferece dimensão material relativa às experiências afetadas, afetivas e afetantes, intrínsecas a corpos pretos e favelados em seus trajetos e percursos pelo território.

A escolha da cartografia como elemento estruturante do espetáculo e a subversão de seus usos são sintomas de um movimento de reposicionamento e legitimação dos pensamentos e das práticas desenvolvidas em territórios de favelas. Ao passo que a construção de uma cartografia favelada simboliza uma articulação relacionada à reparação histórica direcionada a corpos pretos e favelados, também denuncia os esforços empregados pelo corpo social hegemônico em marginalizar e invisibilizar vivências e práticas urbanas inerentes às favelas.

Em oposição ao título do espetáculo - “Nem todo filho vinga” -, o sequestro das ferramentas que possibilitam a manutenção de sistemas de opressão e subordinação, como por exemplo a cartografia, a geografia, a arquitetura, o urbanismo, o teatro, entre muitas outras. Esses, por sua vez, pavimentam caminho para que novos imaginários se tornem também realidade e, dessa forma, todo filho vingue.



KELSON P. RAMOS R. PINTO

SINOPSE

APÓS PASSAR PARA A FACULDADE DE DIREITO NA UFRJ, MAICON, UM JOVEM NEGRO E CRIA DA FAVELA DA MARÉ, PASSA A CONFRONTAR OS IDEAIS DE JUSTIÇA DO ESTADO BRASILEIRO DIANTE DOS INÚMEROS EVENTOS DE INJUSTIÇA QUE ELE E SEU GRUPO DE AMIGOS VIVEM DIARIAMENTE. AO LONGO DO SEU ANO LETIVO MAICON SENTIRÁ, NA PELE, COMO ESSAS POLÍTICAS DE PRECARIZAÇÃO ABALAM TODAS AS ESFERAS DA VIDA, CHEGANDO AO PONTO DE COLOCÁ-LO CONTRA SEU MELHOR AMIGO.

PARQUE, MARÉ

ENCENAÇÃO

A ENCENAÇÃO BUSCA A PRÁTICA DO SENTIDOS, SOBRE TUDO SONOROS, VIVENCIADOS COM A PLATEIA. O QUE SE BUSCA É DE ALGUMA FORMA FAZER COM QUE A PLATEIA PARTICIPE ATIVAMENTE. ISSO NÃO É UMA NOVIDADE NO TEATRO, ABSOLUTAMENTE, O QUE TALVEZ FAÇA A DIFERENÇA ENTRE TANTOS OUTROS ESPETÁCULOS CRIADOS, É O FATO DA PLATEIA ESTAR IMERSA GEOGRAFICAMENTE NA FAVELA. O QUE SE ASSISTIRÁ SERÃO REFERÊNCIAS FAVELADAS, LINGUAGEM FAVELADA, UMA ATUAÇÃO COM MUITA PROPRIEDADE E CONFIANÇA, UM DRAMA HUMORADO QUE ABRE UM LEQUE DE QUESTÕES CLASSICISTAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E COMO A FAVELA, O FAVELADO, E FAVELADE DRIILAM AS DIFICULDADES DIÁRIAS, ABSORVENDO E REGORGITANDO SUA SABEDORIA PARA SOBREVIVER. É NESSE CAMINHO QUE AFIRMO O TEATRO FAVELADO QUE FAZEMOS, NO QUAL CADA VEZ MAIS FUNDAMENTO ESSA MINHA PERTINÊNCIA QUANDO ENSAIO COM MINHAS PARCEIRAS, MEUS PARCEIROS, MEUS PARCEIROS. É TAMBÉM SOBRE ESSE HIATO DA ACADEMIA EM RELAÇÃO AOS POVOS PRETOS E ORIGINÁRIOS, NO TOCANTE DE SUAS PRODUÇÕES TEATRAIS QUE VALORIZAM, ENALTECEM SUA CULTURA, SUA ANCESTRALIDADE APAQUADAS E QUE ESTAMOS TRAZENDO À TONA COM FORÇA. É NESSE MOVIMENTO QUE NEGAMOS OS ESTEREÓTIPOS DAS PESSOAS DA FAVELA APRESENTADAS NESSES QUASE 100 ANOS DE TEATRO MODERNO-CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO PRESENTES NOS TEATROS, NAS NOVELAS E NOS CINEMAS DO BRASIL.

RUBENS VAZ PU NH

MORRO DO TIMBAU

MORRO DO TIMBAU

CASINHAS

HISTÓRIA E CONCEITO

NEM TODO FILHO VINGA É UM ESPETÁCULO TEATRAL DESENVOLVIDO PELA CIA. CRIA DO BECO, GRUPO FORMADO POR JOVENS ARTISTAS NEGROS, UNIVERSITÁRIOS E MORADORES DO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ. A PEÇA NASCEU DE UMA CENA CRIADA EM 2019, QUE VENCEU COMO MELHOR ESQUETE NA NONA EDIÇÃO DO FESTU (FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO UNIVERSITÁRIO). TENDO SIDO APRESENTADA EM DIVERSOS EVENTOS, A CENA OBTVEU RESPOSTAS EXCELENTES POR ONDE ANDOU. INSPIRADO NO CONTO DE MACHADO DE ASSIS, PAI CONTRA MÃE, O ESPETÁCULO NASCE DA PROVOCAÇÃO FERAZ DO AUTOR AO CONCLUIR SEU CONTO COM A AFIRMAÇÃO DE QUE NO BRASIL: "NEM TODO FILHO VINGA". MOVIDOS POR ESSA CRÍTICA, CRIAMOS UMA NARRATIVA AUTORAL AMBIENTADA NA FAVELA, NOS DIAS ATUAIS, COM O INTUITO DE QUESTIONAR OS ESPAÇOS DE PODER REPRESENTADOS PELOS IDEAIS DA JUSTIÇA BRASILEIRA. SE HÁ UMA INTENÇÃO DE SISTEMA IGUALITÁRIO, PORQUE NEM TODO FILHO VINGA? NEM TODO FILHO VINGA É UM ESPETÁCULO MUSICADO, PAUTADO EM CORO E DESENVOLVIDO EM FORMATO ARENA. COM DINÂMICA INTERATIVA, A PEÇA CONVIDA A PLATEIA A FAZER PARTE DA HISTÓRIA - APROXIMANDO A ENCENAÇÃO E TENTANDO TRAZER A PLURALIDADE DA FAVELA PARA DENTRO DOS PALCOS.

BS

MORRO DO TIMBAU
BAIXA DO SAPATEIRO
PRAIA DE RAMOS
MARCELIO DIAS
PARQUE DA MARÉ
PARQUE ROQUETTE PINTO
PARQUE RUBENS VAZ
PARQUE UNIÃO
NOVA HOLANDA
CONJUNTO ESPERANÇA
VILA DO JOÃO
VILA DO PINHEIRO
CONJUNTO DOS PINHEIROS
CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS
CONJUNTO NOVA MARÉ
CONJUNTO SALSA E MERENGUE

SALSA

FOGO

TODO FILHO VINGARÁ!

C. PINHEIRO

PINHEIRO

FICHA TÉCNICA

ELENCO: ANDERSON OLI, CÂMILA MOURA, NATÁLIA BRAMBIA, JEFFERSON MELO, RANIERES RODRIGUES, FURI DOMINGUES E ZARATUSTRA
ENCENAÇÃO: RENATA TAVARES - DRAMATURGIA: PEDRO EMANUEL COM COLABORAÇÃO DA CIA: CRIA DO BECO
DIREÇÃO MUSICAL: RENATA TAVARES E ZARATUSTRA - PREPARAÇÃO CORPORAL E MOVIMENTO: GABRIELA LUZ
FIGURINO: TIAGO RIBEIRO - EQUIPE DE ILUMINAÇÃO: JOÃO GIOIA, LUCAS DA SILVA E RAJUMUNDO PEDRO
FOTOGRAFIA: THIAGO DOS SANTOS - OPERADOR DE SOM: EDSON MARTINS - ACESSORIA DE IMPRENSA: ANA LINHARES E ISABEL LUDGÉRO
PRODUÇÃO: CIA, CRIA DO BECO - ASSISTENTE DE PRODUÇÃO: SHERLEA LINTRA - ASSISTENTES DE FIGURINO: LUCAS DE SOUZA
ASSISTENTE DE CENOGRAFIA: RAFAEL ROQUES - PRODUÇÃO E PRODUÇÃO EXECUTIVA: VANESSA GREFF

PALACE

VJ

Imagens 31: Encarte do Espetáculo "Nem todo filho vinga". Encarte por Cia Cria do Beco.

maré livre: um plano de emancipação

A Deriva como Método de Imersão

Para além de percepções morfológicas viabilizadas por métodos limitados e limitantes de cartografia, perceber o lugar a partir de elementos inscritos no cotidiano é indispensável para construir uma leitura do espaço urbano que dialogue com a percepção dos que experienciam o lugar diariamente. A partir da vivência do território como prerrogativa, as percepções de um corpo em um percurso livre podem revelar um território paralelo ao representado em cartografias convencionais. Sendo assim, assume-se aqui a deriva (CORNER, 2011) como método de imersão territorial. Como afirma Corner (2011), a deriva se destaca por ser um método de mapeamento cognitivo que posiciona o efêmero como elemento dominante da experiência espacial. Sendo assim, a deriva pode proporcionar inúmeras possibilidades de mapeamento, tendo em vista que, de acordo com olhar de quem observa e com os elementos que o observado apresenta no momento, um novo conjunto de eventos pode ser registrado e, portanto, uma nova realidade pode ser mapeada.

Ao compreender a Maré como um território de múltiplas realidades, aqui se registra uma dessas realidades percebidas a partir de um corpo negro em deriva. Essa realidade data de 31 de janeiro de 2022, às 18h, horário

importante posto que a população favelada e trabalhadora se movimenta pendularmente pela cidade em prol das dinâmicas capitalistas de trabalho. Com ponto de partida localizado na Avenida Brasil (1), principal via de acesso a Maré, através do percurso é possível notar o impacto agressivo do eixo rodoviário direcionado às regiões que ficam a sua margem, assim como a favela da Vila do João. Grandes galpões desativados ou subutilizados marcam a margem da Avenida Brasil, como cicatrizes em um corpo violentado, tendo em vista que esses lotes - e até mesmo quadras - estão distantes de cumprir o seu valor social enquanto elementos da cidade.

Em contrapartida à agressividade metropolitana da Avenida Brasil, ao acessar a favela da Vila do João por sua via principal, a Rua Quatorze (2), observa-se uma rua larga, de comércio diverso e movimento intenso. Apesar de calçadas mínimas, ou mesmo inexistentes em algumas situações, o fluxo de carros, motos e pessoas se articula através de uma lógica própria de ocupação do espaço que se reforça através da vivência diária. Nessa rua, é possível encontrar todo tipo de comércio e serviço, como supermercados, peixarias, bares, escritórios de advocacia, agências de turismo, restaurantes, lojas de roupas e tabacarias, articulados à habitação. O uso misto do solo, ao articular habitação, serviços e comércio, garante que essa região se mantenha viva e pulsante mesmo em horários não-comerciais, uma estratégia de ocupação do solo muito comum nas favelas cariocas. Para além de seu caráter etnográfico, a deriva em favelas é uma metodologia que comprova que mapas convencionais e imagens de satélites são ferramentas de projeto superficiais e limitadas.

Isso se dá devido ao caráter dinâmico, subversivo e evolutivo das favelas, as quais transformam-se em tamanha velocidade a ponto de fazer com que os processos cartográficos tornem-se obsoletos, incapazes de acompanhá-las. Como forma de ilustrar e materializar esse raciocínio, uma Quadra Triangular (3) revela possuir uma composição diferente da visualizada em mapas e imagens de satélite. Essa nova composição aparenta ser uma mutação espacial desencadeada pela demanda por habitação em detrimento do espaço livre, tendo em vista que a imagem de satélite ainda apresenta espaços livres no lugar de espaços que já estão ocupados ou em processo de ocupação, como a própria quadra, por exemplo. Qualquer proposição baseada nessas imagens e que, conseqüentemente, sobreponha áreas edificadas diariamente por mãos faveladas, está condenada ao equívoco.

Outro exemplo que reforça a fragilidade de mapas e imagens de satélite como ferramentas de projeto é a existência de uma Praça Esportiva (4) sob o viaduto da Linha Amarela. A própria ocupação do espaço livre sob o viaduto parte de uma lógica de subversão que não cabe nas formas convencionais de mapeamento. As imagens de satélite não são capazes de representar um submundo forjado por mãos marginais e para corpos marginais. A invisibilidade desse espaço, destinado ao basquete e ao skate, em mapas convencionais, dialoga com a invisibilidade social que agride corpos favelados. Em contrapartida, a invisibilidade desse lugar nos mapas mantém distantes olhares hostis a respeito dessa prática urbana e garante que toda e qualquer ação será realizada através de organizações populares. Esse cenário reforça o

mapeamento afetivo e a deriva como métodos sensíveis de leitura espacial e de interlocução projetual.

Ao seguir com a deriva, agora em busca de uma saída da Maré, o caminho principal apresenta-se ao pé do Morro do Timbau, pressionado pela Linha Amarela. Esse trajeto se desdobra na avenida onde está o Museu da Maré (5). O Museu é um espaço muito importante na favela da Maré, posto que se debruça sobre a memória do espaço e do corpo mareense a partir de uma perspectiva favelada e decolonial. É um ponto de referência pois abriga diversas práticas sociais, culturais e educativas, como por exemplo as atividades teatrais do Entre Lugares. O Museu da Maré, que se utiliza de uma antiga estrutura industrial desativada, está localizado na Avenida Guilherme Maxwel (6), que conecta o Museu à Avenida Brasil, ponto final deste percurso.

A Avenida Guilherme Maxwel, apesar de dar acesso ao Morro do Timbau, também está inscrita num contexto de fragilidade, devido aos resquícios da industrialização na margem da Avenida Brasil. Essa fragilidade é reforçada por uma área militar que estabelece, de forma rígida, limites e fronteiras urbanas e sociais. Apesar disso, a Avenida Guilherme Maxwel apresenta uma potencialidade quando encontra a Avenida Brasil: a Escola Municipal Bahia (7). Em posição estratégica quanto a mobilidade urbana, a Escola Bahia acrescenta qualidade ao ambiente urbano devido aos movimentos de corpos que agencia diariamente nos turnos escolares. Em meio à agressividade rodoviária da Avenida Brasil, a Escola Bahia oferece um ponto de vitalidade urbana muito importante nessa região desvitalizada.



Imagens 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39: Registros do percurso em deriva.
Fotos por Marllon Sevilha.



Mapa 04: Percurso realizado em deriva.
Produzido pelo Autor.

Carto-transgressão: Uma leitura a partir da vivência

Tão importante quanto a garantia da participação popular é a compreensão de quais corpos que se propõem a contribuir e interferir no processo de construção de cidade, assim como seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017). Para uma reflexão sensível a respeito da individualidade desses corpos, algumas informações foram recolhidas através de um breve formulário online encaminhado aos participantes desta construção, a potente juventude do Entre Lugares. A partir desse formulário, foi possível compreender esse corpo social através de vários recortes – etários, territoriais, de raça, de gênero, de sexualidade e de escolaridade – além das suas próprias percepções a respeito de experienciar a juventude no território da Maré.

A partir das informações obtidas previamente através do formulário, é possível constatar que esse corpo social favelado se apresenta expressivamente preto e LGBTQIAP+. Em um país que, segundo o relatório final da CPI do Senado Brasileiro sobre o Assassinato de Jovens (BRASIL, 2016), mata um jovem negro a cada 23 minutos e, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia sobre mortes violentas de LGBTI+ no Brasil (OLIVEIRA; MOTT, 2019), mata um LGBTQIAP+ a cada 26 horas, esse retrato reafirma a urgência de pensar políticas públicas que descriminalizem tais corpos, além, é claro, da importância da participação desses indivíduos na construção deste trabalho.

Além disso, o formulário revelou que os afetados e afetantes deste trabalho residem em favelas dentro do recorte piloto de proposição projetual,

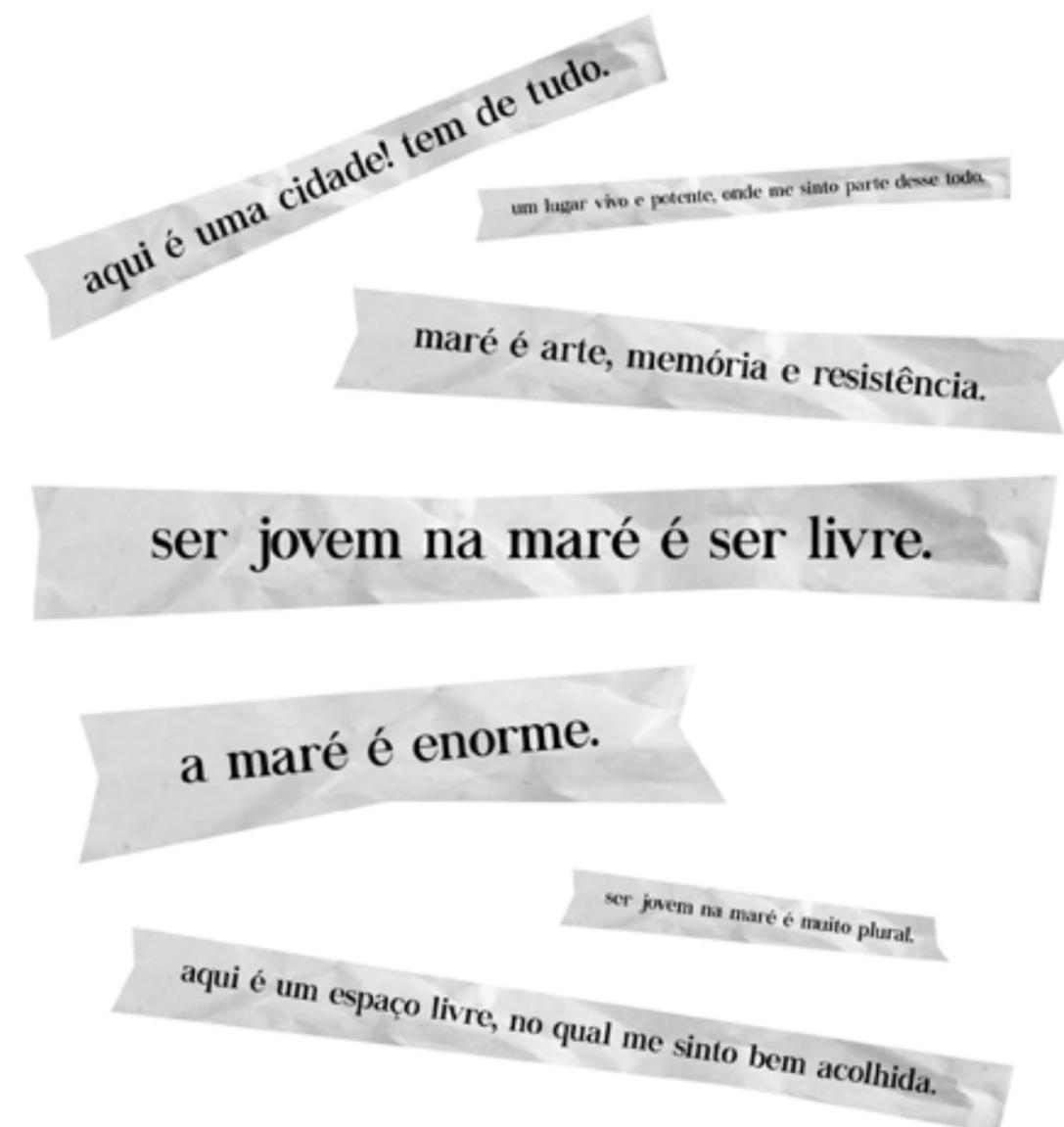
definido através da análise preliminar do território, sendo elas a Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Vila do João, Conjunto Esperança e Morro do Timbau. A participação de pessoas que experimentam diariamente esses lugares possibilita a construção de narrativas pautadas pela vivência e, por meio disso, a desestigmatização de olhares externos a respeito de territórios favelados.

Ao partir das narrativas expostas no formulário pelos corpos participantes, é possível identificar uma Maré de potência cultural, onde a arte, a educação e a memória configuram uma rede de fortalecimento do próprio território. Além disso, outro ponto importante a respeito dessa percepção é o entendimento da Maré como um território onde corpos favelados têm direito à terra e à moradia. Em outras palavras, um lugar onde esses corpos assumem, através das brechas políticas - deixadas como herança pela ineficácia da atuação Estatal em territórios de favelas -, o comando das dinâmicas de produção e experimentação espacial, bem como o fornecimento de água e energia e a construção de moradias.

Por outro lado, as percepções negativas em relação ao lugar surpreendem por, na verdade, denunciarem perspectivas externas preconceituosas acerca do território e, conseqüentemente, dos corpos que o habitam. O aspecto negativo de viver na Maré é não ser lido por quem se é, mas sim por quem o pensamento hegemônico diz que se é. Enquanto o corpo favelado é reduzido a estereótipos, ele se transforma em alvo de extermínio, e também justificativa para as frequentes operações policiais nas favelas cariocas, outro aspecto identificado como negativo, ao passo que interfere diretamente nas

dinâmicas socioespaciais de territórios favelados. As informações obtidas através dos formulários constituem um acervo de escrituras (EVARISTO, 2006) e reafirmam como fundamental a percepção do corpo, discurso e território (PEREIRA, 2015), como elementos indissociáveis e fundamentais na elaboração de narrativas faveladas e na utilização das mesmas como ferramentas

de produção de espaços urbanos da cidade contemporânea. Dessa forma, em ação conjunta com outros métodos de inserção da população nos processos de projeto, aqui se inaugura uma experimentação de novas formas de pensar e construir cidade para e, principalmente, a partir dos seus próprios habitantes.





De maneira complementar aos registros de escrituras, uma atividade de mapeamento afetivo foi realizada com os corpos-sujeitos do Entre Lugares. O processo, pensado em conjunto com os coordenadores do projeto, objetiva a identificação de relações do corpo com o espaço livre através da espacialização de narrativas. Para isso, a atividade é subdividida em três momentos a fim de capturar as múltiplas camadas de afeto – ou desafeto – intrínsecas aos corpos favelados.

No primeiro momento, se propõe um mapeamento a partir de uma grande imagem de satélite, com o objetivo de contextualizar geograficamente, através da colagem de adesivos, os lugares do território que fazem parte do discurso desses corpos. Durante este momento, esses corpos acessam suas subjetividades para resgatar memórias e relacioná-las ao lugar, compreendendo-o como um elemento estruturante para a construção de uma memória. Para além da esfera afetiva, o contato com uma imagem de satélite possibilita uma reflexão acerca do aspecto dimensional da Maré. Como em um tabuleiro de jogo, enxergar o todo, percorrer as ruas da favela, com os olhos e os dedos, compreender os limites de cada favela e visualizar as diversas texturas do tecido urbano do território viabiliza uma nova percepção a respeito da dimensão de trajetos percorridos cotidianamente.

O resultado dessa etapa se materializa em um mapa afetivo, construído a partir de um discurso protagonizado pelo corpo favelado, que desmonta a ideia hegemônica de que as favelas são espaços fragilizados, ao passo que constrói uma cartografia potente e transgressora para esse território.

Imagens 41, 42, 43 e 44: Registros do mapeamento afetivo. Fotos por Márcio França.



Mapa 05: Reprodução digital do mapeamento afetivo. Produzido pelo Autor.



Imagens 45, 46 e 47: Registros das cenas de improviso.
Fotos por Márcio França.

Após a contextualização de pontos de afeto no espaço urbano através da imagem de satélite, a atividade avança para uma nova etapa. A proposta objetiva alcançar outras conexões com a paisagem, agora direcionadas, de forma isolada, a cada uma das favelas do recorte em questão e utilizando como ferramenta o desenho e a escrita. Neste momento, resgatam-se as reflexões a respeito das dimensões da Maré para a reprodução dos limites de cada uma das favelas em desenho sobre o próprio chão, utilizando giz. A partir dessas novas representações cartográficas, propõe-se a inscrição de palavras e/ou expressões que se conectem a esse lugar e juntas construam paisagens para o território.

O movimento de desenho e de preenchimento dos perímetros com palavras pode comunicar coisas que



vão além dos próprios significados das palavras e dos desenhos. A forma com que se desenha cada uma das favelas, a quantidade de palavras destinadas a cada região ou mesmo a ausência de desenhos e palavras traça, através da própria experiência, narrativas para o lugar. Para os lugares desenhados em grande escala, por exemplo, pode-se interpretar que são lugares de relevância ou de forte impacto, assim como para lugares com poucas palavras inscritas em seu perímetro, os quais, por sua vez, permitem imaginar uma dificuldade de conexão com a região. A infinidade de possibilidades de leitura e interpretação, tanto do processo quanto do produto final, viabilizam a elaboração plural de narrativas a respeito do território.

A partir das palavras escolhidas para caracterizarem cada favela do recorte, algumas foram selecionadas

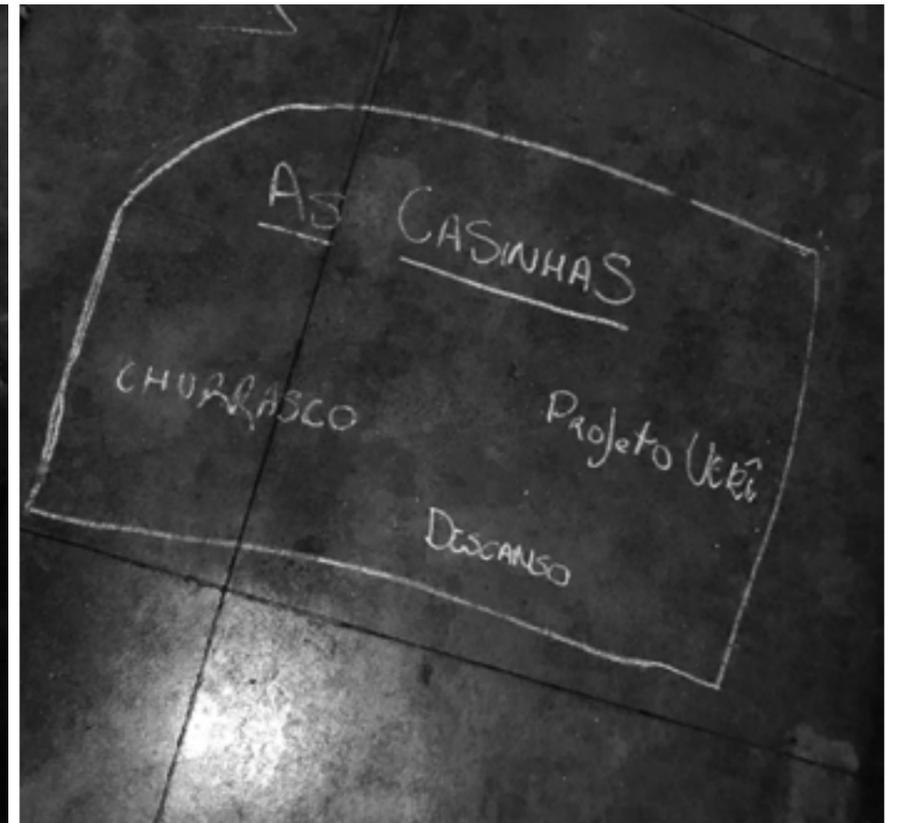
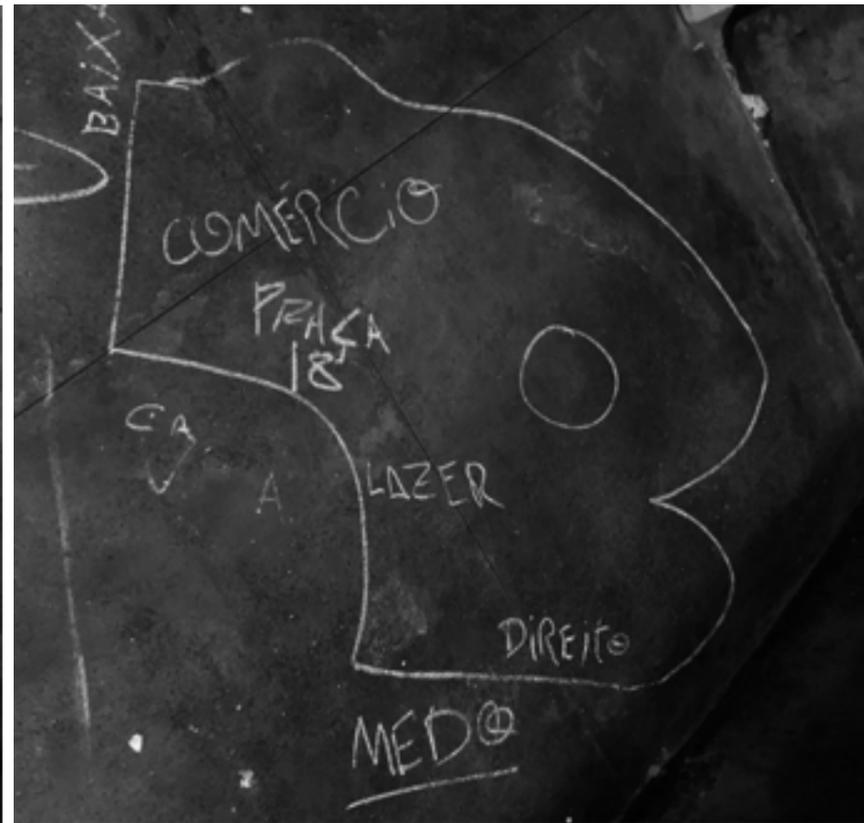
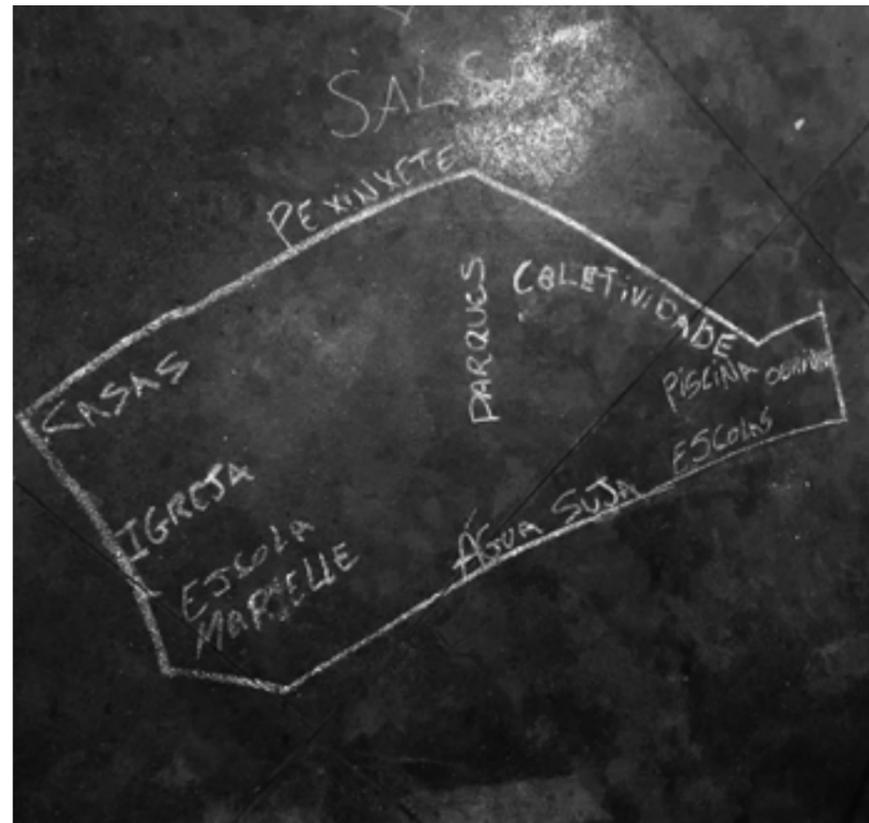


para que compusessem o enredo de algumas cenas de improviso para que essas paisagens cartografadas ganhassem uma nova dimensão. Para isso, os afetantes deste processo foram divididos em grupos a partir das suas conexões com cada lugar. Sem nenhum tipo de definição imposta além das palavras escolhidas, cada grupo ficou responsável por construir uma história curta, completa e compatível com o território em questão. Nesse momento, quem assume o posto de ferramenta cartográfica é o próprio corpo e as suas formas de expressão: falas, gestos, silêncios e movimentos.

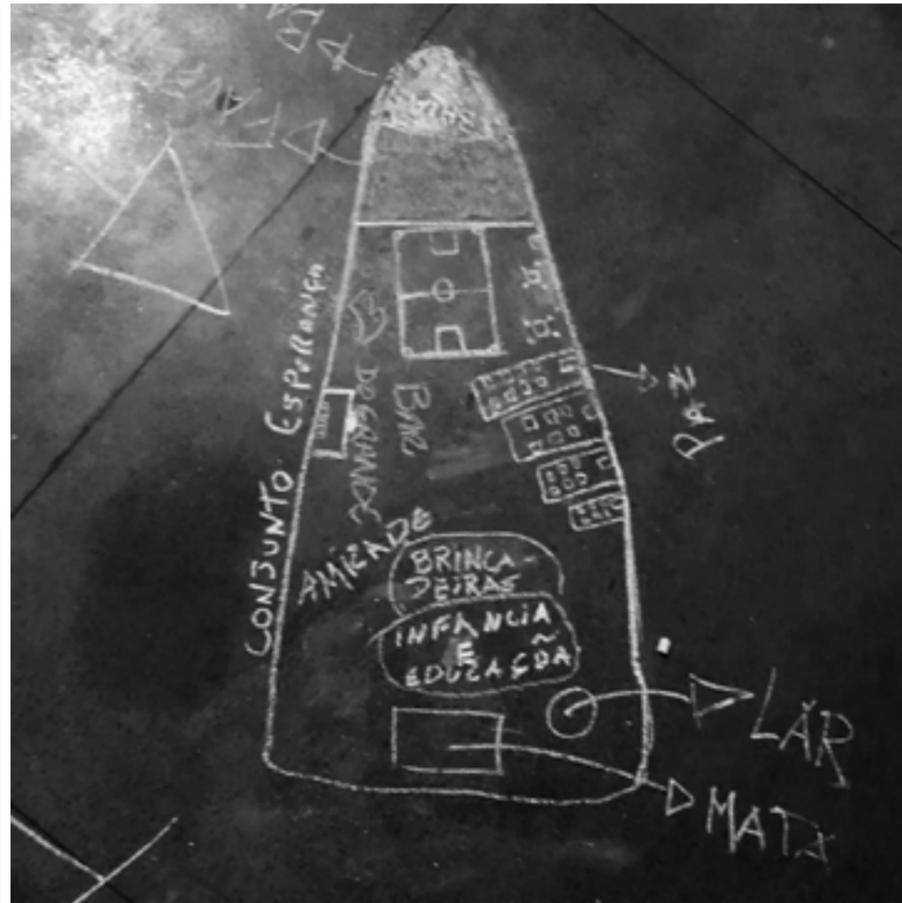
Além da performance enquanto produto, o processo da construção da narrativa performática também comunica mais que os seus significados óbvios e imediatos. As escolhas em relação ao teor cômico ou dramático

da narrativa, o ritmo da cena, o volume das falas ou mesmo os momentos de silêncio podem estabelecer conexões afetivas e emocionais com o território. Essas informações, em conjunto com as outras obtidas enriquecem os processos de produção de espaços urbanos e viabilizam a construção de uma Maré coerente com os corpos que a habitam.

	baixa do sapateiro	morro do timbau	bento ribeiro dantas	vila do joão	nova maré	vila do pinheiro	salsa e merengue	conjunto esperança
mapas afetivos								
palavras	comércio, praça do 18, lazer, direito, medo	amor, família, becos, pagode, teatro, infância, piriqitos (soldados), museu da maré, sesi, fuga, ceasm, acolhimento, lanches, IV centenário supermarket, associação		diversão, funk, forró, upa, barbeiro, fome, futebol, açaí, point das lanchonetes, rosinha, baile, vida	churrasco, descanso, projeto uerê	pontilhão, ciclo, toca gávea, linha amarela, blocos, petisco da madrugada, trans power, clínica, mata, obrinha, rainha da favela, brizolão, bdg, castelo, travessa, lar, trabalho, universal	casas, igreja, escola marielle, parques, pexinxete, coletividade, piscina, obrinha, agua suja escolas	amizade, infância, educação, brincadeiras, favelinha, mata, lar, bar do grande, paz, baía de guanabara
cenas								
narrativas	história cômica sobre a dificuldade para percorrer o território enquanto estrangeiro e sobre o cruzamento da fronteira que divide o território entre duas facções	história dramática sobre conflito familiar baseado no olhar parental estigmatizado a respeito do teatro, que geralmente é lugar de acolhimento para muitos jovens		história cômica sobre o cotidiano dos bailes com danças, comidas e bebidas fornecidas pelo comércio local, e os desdobramentos do consumo de álcool sem cautela		história cômica sobre garotas de programa que se unem contra um cafetão abusivo e, em busca de proteção, recorrem a rainha da favela: a super trans.	história cômica sobre a água suja fornecida na região que, inclusive, é utilizada como água benta em uma missa onde o padre benze fiéis com água de esgoto	história cômica sobre amigos que matam aula para lancher e conversar, mas ficam tensos com a possibilidade de encontrar algum conhecido



Imagens 48, 49, 50, 51 e 52: Registros dos mapas afetivos e das cenas de improviso. Fotos por Márcio França.



Imagens 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60: Registros dos mapas afetivos e das cenas de improviso. Fotos por Márcio França.



Imagem 61: Registro do mapeamento afetivo.
Foto por Márcio França.

A partir da realização, leitura e interpretação dessa atividade, são obtidas informações que configuram um acervo de paisagens que representam e reforçam a Maré como um território de múltiplas realidades. Além disso, possibilita a construção de argumentos de projeto que estejam vinculados à realidade local, não mais às realidades estereotipadas e estigmatizadas, e, também, à produção de políticas públicas que estejam a serviço do território da favela e do corpo favelado.

As cartografias aqui documentadas configuram um acervo com diversos modos de pensar e representar a favela da Maré, produzido por mãos faveladas. Para além da obtenção de insumos que

sejam utilizáveis em ateliês de projeto, essas cartografias representam os corpos vivos e pensantes da favela da Maré produzindo cidade a partir das suas subjetividades. Em uma realidade que usurpa diariamente a humanidade de jovens favelados, essas cartografias também são símbolo de transgressão das lógicas homicidas de apagamento e animalização que, pela própria existência, rompem com a invisibilização e ocupam seus lugares na história.



Imagens 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 e 77: Registros do processo de realização do mapeamento afetivo.
Fotos por Márcio França.



Acordos e desacordos: O conflito como lugar de encontro

A partir da reflexão transversal relacionada às informações sobre a Maré, obtidas em etapas anteriores deste processo, propõe-se a elaboração de um plano de ação que utilize as narrativas mareenses como estrutura e argumento e, dessa forma, potencialize o território da Maré. Para isso, o mapeamento afetivo, realizado previamente, é revisitado e utilizado como ponto de partida.

Elaborar um plano urbano alinhado à ideais decoloniais e contra hegemônicos, baseado na humanização de corpos favelados em vez de sua criminalização, significa, em outras palavras, elaborar um plano de contra-ataque às estruturas que se dedicam diariamente à dilaceração das favelas cariocas. Para caminhar em direção oposta às das práticas urbanas que corroboram com o genocídio, o reconhecimento de humanidade em corpos favelados e o entendimento desses sujeitos como um corpo coletivo são atos políticos e fundamentais. Essa compreensão traz consigo a demanda de que as decisões e estratégias assumidas na elaboração do plano de ação sejam necessariamente pensadas pelo coletivo e em prol do coletivo.

Com essas prerrogativas estabelecidas, esta etapa consiste na análise do mapeamento afetivo de espaços livres na Maré, realizado anteriormente, e na identificação de pontos desse mapeamento que, em junção com as necessidades coletivas, destacam-se como áreas que, sendo potencializadas pelo plano de ação, são capazes também de potencializar



Imagens 78, 79, 80 e 81: Registros das discussões projetuais.
Fotos por Márcio França.

corpos favelados e suas vivências.

Assumir a coletividade como método e a afetividade como argumento é também compreender o diálogo como elemento básico neste processo, uma vez que negociações a respeito do território são inevitáveis. Portanto, esta etapa é um espaço destinado às discussões, debates e argumentações que fomentem a legitimação do corpo favelado, e às expressões desse corpo no espaço, e sugiram um caminho a ser trilhado em acordo coletivo.

Nessa etapa se inaugura um movimento de escuta, que não parte do arquiteto e urbanista em direção aos moradores e cidadãos, mas acontece apenas entre esses últimos. Este movimento possibilita o deslocamento de ideias individualizadas para uma esfera coletivizada, onde encontros e desencontros podem e devem acontecer, uma vez que aqui se objetiva a construção de uma realidade plural e representativa. Logo, para possibilitar a construção de um projeto coeso, se estabelece também como prerrogativa a constante articulação com o corpo social da favela em todas as etapas deste processo.

A experimentação até aqui documentada, além de ser o pontapé inicial para a construção e desenvolvimento de um plano de reafirmação da existência preta, jovem e favelada na cidade, também revela a importância do diálogo e das discussões entre integrantes de um mesmo corpo social e político. Desta forma, torna-se possível alinhar os ideais e construir argumentos e estratégias sólidas de enfrentamento às políticas de morte.



Imagens 82, 83, 84 e 85: Registros das discussões projetuais.
Fotos por Márcio França.

Dos lugares identificados no mapeamento afetivo, foram escolhidos, coletivamente, alguns pontos como prioridades para o desenvolvimento do plano urbano de legitimação da juventude favelada, sendo eles o Museu da Maré **(1)**, a Ciclovia **(2)**, o Pontilhão **(3)**, a Vila Olímpica **(4)**, a Lona Cultural **(5)**, a Mata **(6)**, a Praça do Salsa **(7)** e a Ação Comunitária **(8)**. Esses pontos articulam um sistema de espaços livres que visa contribuir com o processo de descriminalização da juventude favelada a partir da cultura, e traçam novas possibilidades de experiências urbanas para corpos favelados.

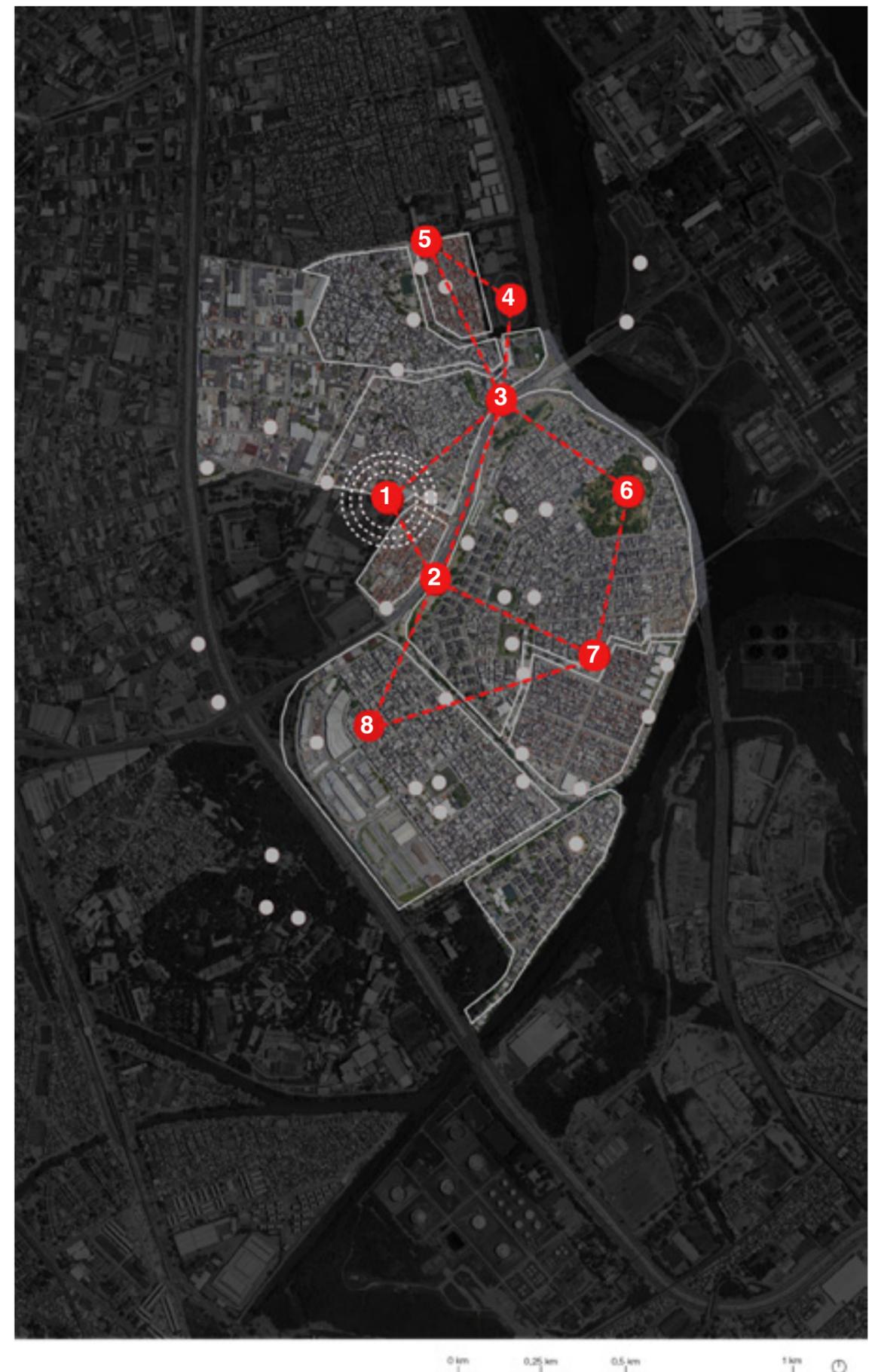
O Museu da Maré, sede das atividades do Entre Lugares, sujeito afetante, afetado e afetivo deste processo, ocupa lugar importante neste plano de ação, uma vez que representa o lugar onde as discussões sobre a relação entre espaços livres e juventude favelada ganham dimensão e força. Além disso, é compreendido como um espaço que, apesar dos esforços diários de silenciamento de corpos favelados, se mantém potente e vibrante. Desta forma, a escolha desse espaço como prioridade também reflete o desejo de superar as ações políticas de desmonte cultural e oferecer, ao Museu, ferramentas que impulsionem o seu potencial urbano.

Também aparecem nessa seleção a Ciclovia e o Pontilhão, espaços localizados em extremos opostos de um mesmo perímetro, separados por um grande espaço livre, subutilizado. Se por um lado o Pontilhão possui uma efervescência própria, a área da Ciclovia é o retrato do descaso e do descompromisso público com espaços livres nas favelas. A inserção de ambos os pontos neste plano materializa o desejo de reconstruir uma paisagem vital e pulsante.

Outros pontos que também foram selecionados, a Vila Olímpica e a Lona Cultural, espaços que são frutos de políticas públicas. Apesar de ocuparem lugar importante na memória afetiva coletiva, uma vez que representaram a democratização do acesso à cultura e ao esporte, a escolha parte da condição de degradação em que esses espaços se encontram hoje, uma vez que, por ausência de políticas públicas de segurança, se encontram em uma zona de conflito entre grupos armados rivais.

A Mata (Parque Ecológico) é uma área verde muito significativa na Maré, posto a escassez de áreas arborizadas no território. Apesar de estar em situação de abandono pela falta de manutenção, o espaço se mantém reconhecido como um lugar a ser preservado, uma vez que compõe a memória histórica do lugar por ser uma parte da Maré que existia antes mesmo dos aterramentos massivos.

A Praça do Salsa e a Ação Comunitária são espaços que já cumpriram com seus papéis urbanos e sociais no passado, mas hoje estão muito distantes dessa condição e são percebidos como resíduos, seja pelo esvaziamento do valor social, como no caso da Ação Comunitária, ou pela supressão espacial, como no caso da Praça do Salsa, que desaparece aos poucos devido às construções que se estabelecem onde um dia foi espaço livre.



Mapa 06: Reprodução digital das decisões projetuais. Produzido pelo Autor.

A partir da identificação de pontos de interesse coletivo para a construção de um plano de ação, se faz necessário também uma análise crítica em relação a esses espaços, sobre como se organizam e se comportam. Para isso, é necessário tecer uma reflexão acerca dos agentes urbanos que interferem diretamente nesses espaços e os colocam em lugar de disputa. Reconhecer outros agentes urbanos que também participam das dinâmicas territoriais da favela da Maré torna visível a complexidade da construção contemporânea da cidade, especialmente em áreas de favelas, uma vez que, apesar de se tratar de uma experiência coletivizada, esse coletivo representa uma fração de um corpo social ainda maior e muito menos homogêneo: o de habitantes da favela da Maré.

Tendo em vista as limitações impostas pelos recortes estabelecidos metodologicamente, em alternativa a inviabilidade de participação de outros agentes urbanos no processo colaborativo e a partir das práticas teatrais e das vivências que corpos mareenses carregam enquanto indivíduos, foi proposta uma dinâmica de personificação desses outros agentes urbanos a partir de memórias territoriais, com o objetivo de heterogeneizar o processo e aproximá-lo da complexidade existente nas negociações urbanas.

Dessa forma, logo após a identificação dos agentes do território, os participantes se organizaram para representar cada personagem da disputa urbana constatada e se dedicaram a defender os seus respectivos interesses.

De forma rápida e simples, foi possível perceber que as negociações, em circunstâncias não-homogêneas, são construídas por acordos e, principalmente, por desacordos, uma vez que este último, a partir da necessidade da explanação de ponto de vistas, bem como a sua defesa ou o seu ataque, desencadeia discussões e debates que reforçam o território como um lugar de disputa e conflito.

Como desdobramento dessa dinâmica de negociações, entre acordos e desacordos, os participantes, nesse momento agentes, constroem um plano de diretrizes que se organiza a partir de interesses múltiplos, os quais, ao incluir outras frações do corpo social das favelas da Maré, viabilizam um processo de descriminalização da juventude

favelada por meio dos espaços livres sustentável socialmente, uma vez que se intersecciona com agendas urbanas que são interessantes para outros grupos sociais.

As diretrizes propostas para os pontos de interesse identificados, ainda que no campo da experimentação, dialogam com as dinâmicas reais de construção de cidade e afastam esse processo da elaboração de proposições pautadas em reflexões descoladas do contexto urbano em que estão inseridas, pois explora camadas que estão além da vontade e do desejo.



Imagens 86, 87 e 88: Registros do reconhecimento dos agentes.
Fotos por Márcio França.

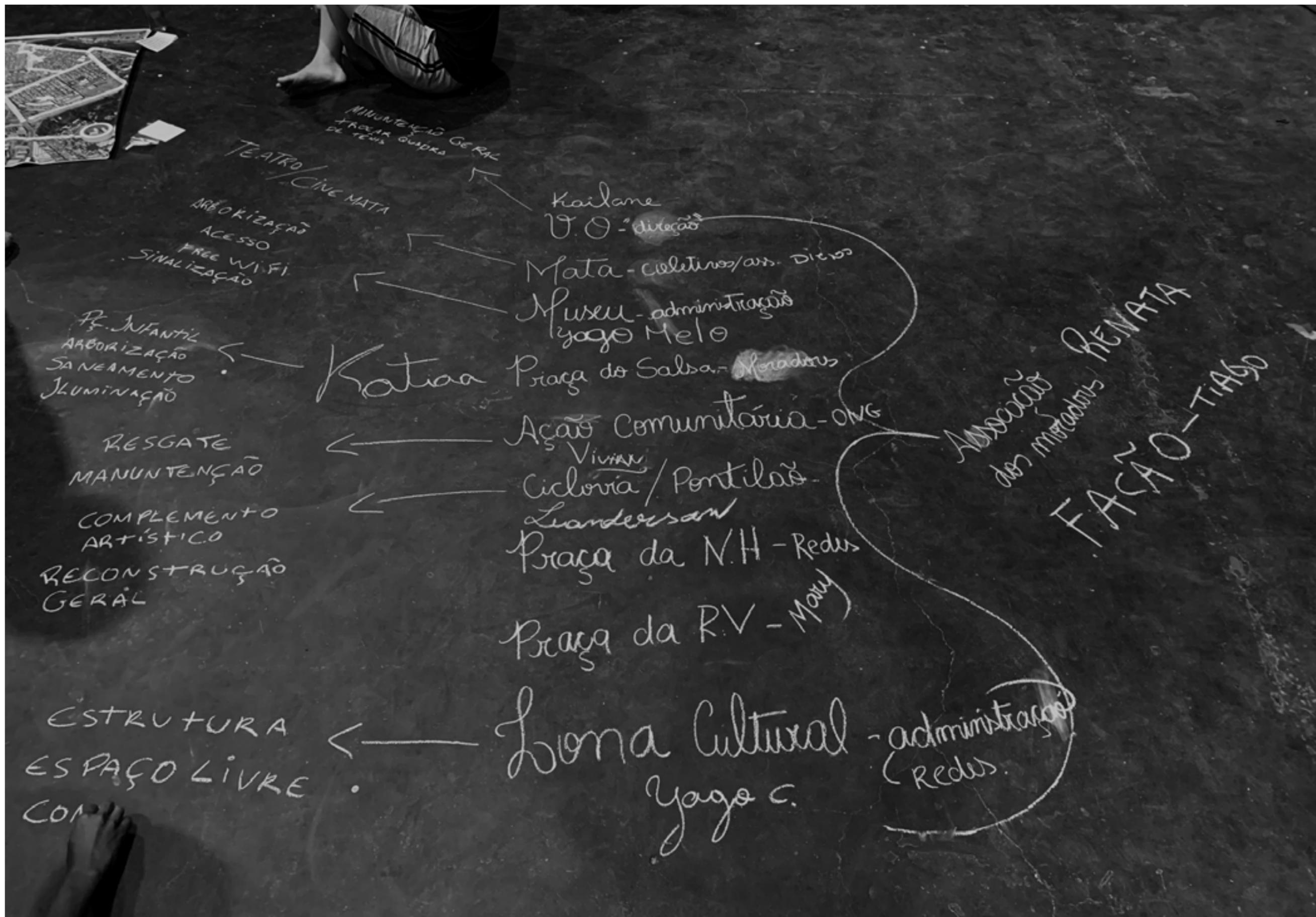


Imagem 89: Registros das diretrizes acordadas. Fotos por Márcio França.

	museu da maré	vila olímpica	ciclovia	pontilhão	mata	ação comunitária	praça do salsa	lona cultural
localização	 morro do timbau	 nova maré	 conjunto pinheiro	 vila pinheiro	 vila pinheiro	 vila do joão	 salsa e merengue	 nova maré
agentes	associação de moradores; administração do museu; comando armado da região.	associação de moradores; direção da vila olímpica; comandos armados da região.	associação de moradores; prefeitura municipal do rio de janeiro; comandos armados da região.	associação de moradores; prefeitura municipal do rio de janeiro; trabalhadores locais; comandos armados da região.	associação de moradores; coletivos atuantes no parque ecológico; comandos armados da região.	associação de moradores; prefeitura municipal do rio de janeiro; comandos armados da região.	associação de moradores; prefeitura municipal do rio de janeiro; comandos armados da região.	associação de moradores; redes da maré; prefeitura municipal do rio de janeiro; comandos armados da região.
fotos								
diretrizes	espaço livre como ponto de encontro; melhorias na fachada externa e área de acesso; sinalização da localização do museu no entorno.	melhorias na iluminação pública; substituição da quadra obsoleta de tênis por uma de vôlei; manutenção e poda da vegetação existente.	limpeza e manutenção na infraestrutura urbana da região; reconfiguração espacial para melhor aproveitamento da área.	expansão do pontilhão para uma área adjacente subutilizada como um estacionamento com uma área destinada a práticas artísticas.	limpeza e manutenção da área; infraestrutura para o recebimento de visitantes; reabilitação do anfiteatro.	resgate da área do imóvel subutilizado por organização não-governamental para a população da maré; manutenção na área arborizada.	aproveitamento da área residual como praça infantil; arborização da região; melhorias de saneamento básico na região e entorno.	manutenção na infraestrutura da lona; política pública de segurança para zonas de conflito; área livre para atividades culturais e a atuação do comércio local.

O processo de projeto como ponto de partida e espaço de debate

Como forma de dar continuidade às reflexões desenvolvidas até aqui e de discutir os lugares possíveis para a construção coletiva na concepção criativa e formal dos espaços livres urbanos, aqui se delimita, a partir do plano de ação construído colaborativamente, mais um recorte, a fim de viabilizar a experimentação dessa nova etapa do processo.

Posto que todas as atividades dessa investigação aconteceram nos espaços do Museu da Maré e que o mesmo ocupa um lugar de relevância e forte impacto social e cultural em todo o conjunto de favelas da Maré, aqui se estabelece o espaço do Museu como plataforma para materialização de uma proposta de projetos para os espaços livres.

O Museu da Maré, localizado no Morro do Timbau, apesar de ter grande importância no território, se encontra inscrito em um contexto de desmonte. Essa situação é fruto das ações políticas e urbanas, elaboradas e executadas pelo Estado, que pretendem invisibilizar práticas e produções faveladas. Mesmo nesse contexto, o Museu segue se articulando politicamente com o território, e assim se mantém vivo, potente e resistente, porém, ainda apresenta fragilidades, como as áreas livres subutilizadas e pouco relacionadas às atividades oferecidas pelo próprio Museu.

Para além dos aspectos políticos e territoriais, a escolha desse recorte viabiliza uma experimentação metodológica que utiliza esboços projetuais, pautados nas discussões elaboradas durante todo

o processo, como ponto de partida e espaço de debate, visto que todos os participantes desse processo possuem vivências a respeito desse espaço e, por isso, são capazes de construir argumentos de projeto e de interferir diretamente na concepção do gesto de projeto dos espaços livres.

Essa experimentação questiona as ferramentas e métodos utilizados pelo arquiteto e urbanista no processo criativo e conceitual dos espaços livres, momento comumente restrito a esse profissional. Porém, ao compreender os espaços livres como fundamentais nos processos de construção e reafirmação identitária da juventude favelada, se faz necessário atribuir a esse corpo social o poder de reflexão, decisão e discordância das propostas desenvolvidas pelo arquiteto, mesmo que essas ideias estejam fundamentadas em elementos trazidos à tona pelo processo participativo. Isso se deve às constantes mudanças que ocorrem em territórios de favela, posto que essas, por sua vez, respondem ao seu próprio tempo e demanda. Logo, ao serem percebidas e identificadas incoerências e incompatibilidades dos esboços iniciais de projeto com o contexto e as demandas da população para a área em questão, a ideia do arquiteto como um profissional que possui liberdade e autonomia para intervir em todo e qualquer território, inclusive nos quais não está inserido e é estrangeiro, é completamente aniquilada.

Essa experiência viabiliza, mais uma vez, a procura de um lugar para o arquiteto e urbanista que seja compatível com os legítimos modos de produção de cidade favelada. O processo de projeto como ponto de partida e espaço de debate.





lugar de **acolhimento**

“acho que dá pra transformar num **espaço legal de encontro**”

diretrizes acordadas:

1. espaços livres como ponto de encontro(s);
2. melhorias na fachada externa e área de acesso;
3. sinalização da localização do museu no entorno.

agentes urbanos identificados:

1. associação de moradores
2. administração do museu
3. comando armado da região

SUPERMARR
ASSOCIAÇÃO B
MUSEU DA MARÉ

MORROS
TIMBAU
INFÂNCIA
PIRIGUITOS
SUPERMARR
ASSOCIAÇÃO B
MUSEU DA MARÉ Sesi

CEASM
12 CENTENÁRIO
LAVINAS
DECOS

Imagem 97: Croqui de leitura territorial. Fotomontagem por Marllon Sevilha.

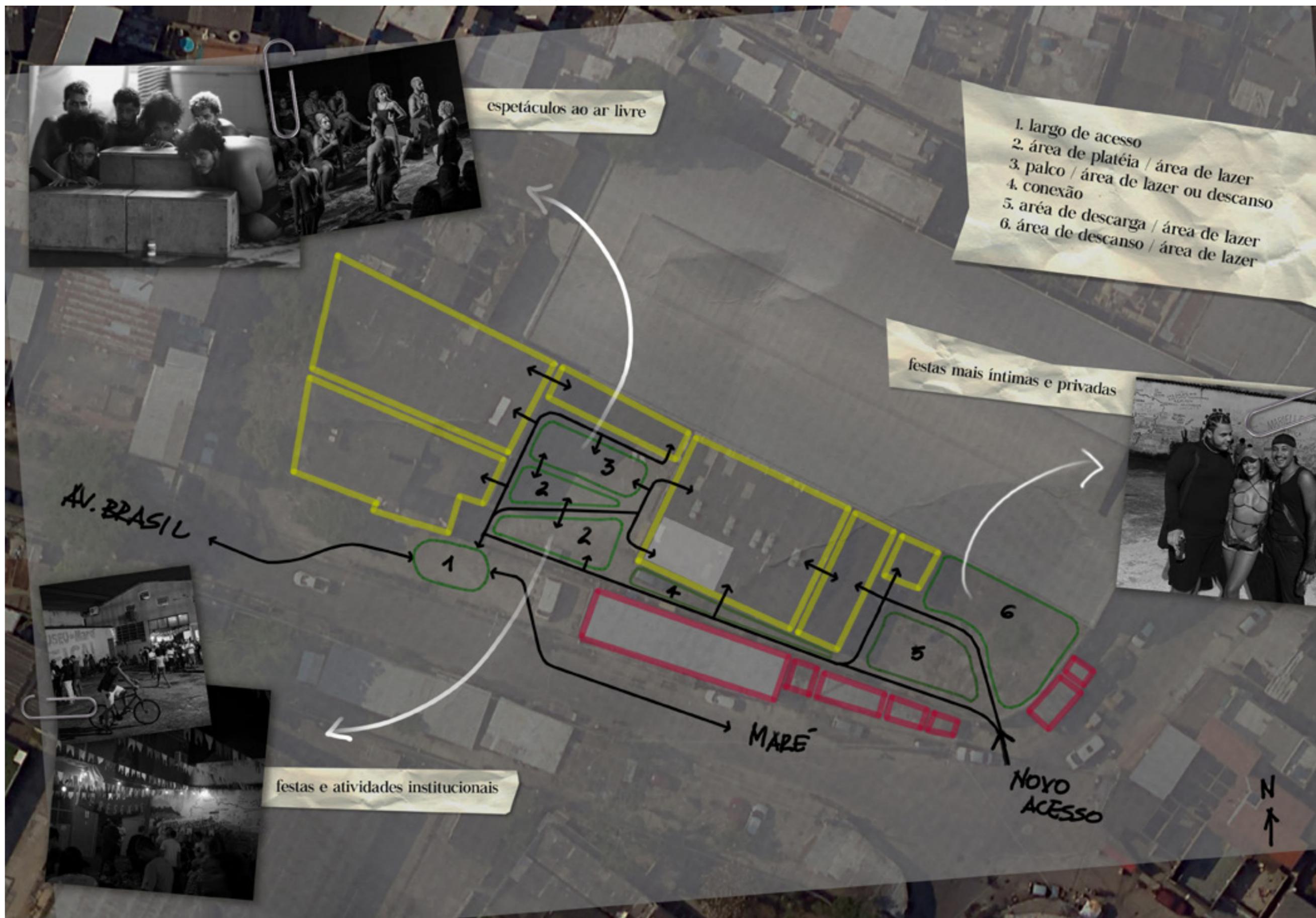


Imagem 98: Croqui da setorização espacial. Fotomontagem por Marllon Sevilha.

Os estudos iniciais dessa proposta de projeto se estruturam a partir de informações obtidas ao longo desse processo. A partir da cartografia afetiva do Morro do Timbau, que indicava o Museu da Maré como uma área relevante, as cenas construídas na primeira etapa, que o posicionavam como um lugar de acolhimento, e das diretrizes elaboradas para o espaço do Museu, aqui pretende-se materializar uma proposta que, ao ser coerente com seu contexto, construa diálogos com o território e reforce o lugar de relevância urbana que o Museu ocupa.

Tendo em vista as áreas livres subutilizadas do Museu da Maré e o caráter acolhedor da instituição, define-se aqui, como ideia estruturante da proposta inicial, a construção de um espaço de encontro que seja atrativo para corpos mareenses que habitam e frequentam a região, como também se articule às necessidades cotidianas do Museu. Para isso, a proposta inicial pode-se dividir em quatro áreas de interesse, correspondente às quatro áreas a serem trabalhadas: a área de acesso, o pátio principal, a circulação e o pátio dos fundos.

Para a área de acesso, a partir das discussões construídas coletivamente, propõe-se uma pequena praça que possibilite encontros. Para isso, apresenta áreas vegetadas e arborização, bem como áreas para assento. O propósito do desenho da pavimentação, que se estrutura a partir das áreas vegetadas, é conduzir o pedestre, que vem da Avenida Brasil ou da própria Maré, para a região do acesso do Museu, onde um pequeno largo funciona como área externa de encontros, bem como de espera.

Para o pátio principal, que articula os acessos a praticamente todos os edifícios, e que funciona também como área para eventos do Museu, propõe-se um mobiliário que estructure completamente o espaço, o setorize, possibilite áreas de assento e vegetação e também ofereça uma área de palco para apresentações ao ar livre. Esse elemento ganha destaque na paisagem, posto que ocupa a visada principal de quem entra no Museu.

Para a área de circulação, propõe-se uma área expositiva, dando continuidade às práticas de grafite, já existentes em alguns muros do museu. Para isso, propõe-se também um banco que possibilite a contemplação das artes desenvolvidas e também conduza o olhar para os fundos do terreno, onde há outro pátio. Outro elemento importante na circulação, do lado oposto à área de assento, é a proposição de um canteiro linear com espadas de São Jorge, trazendo à tona os saberes ancestrais de guarda e proteção para o território do Museu, uma vez que se localiza no limite entre o interior do Museu e a rua.

Por fim, para o pátio dos fundos, propõe-se um segundo acesso, este voltado para a Maré, e uma área multiuso, que pode ser utilizada como área de carga e descarga quando necessário, tendo em vista o acesso direto à área técnica do galpão de apresentações, mas também como área de lazer e descanso, posto que se trata de uma área mais privada onde se prevê uma arborização mais intensa e áreas para descanso.

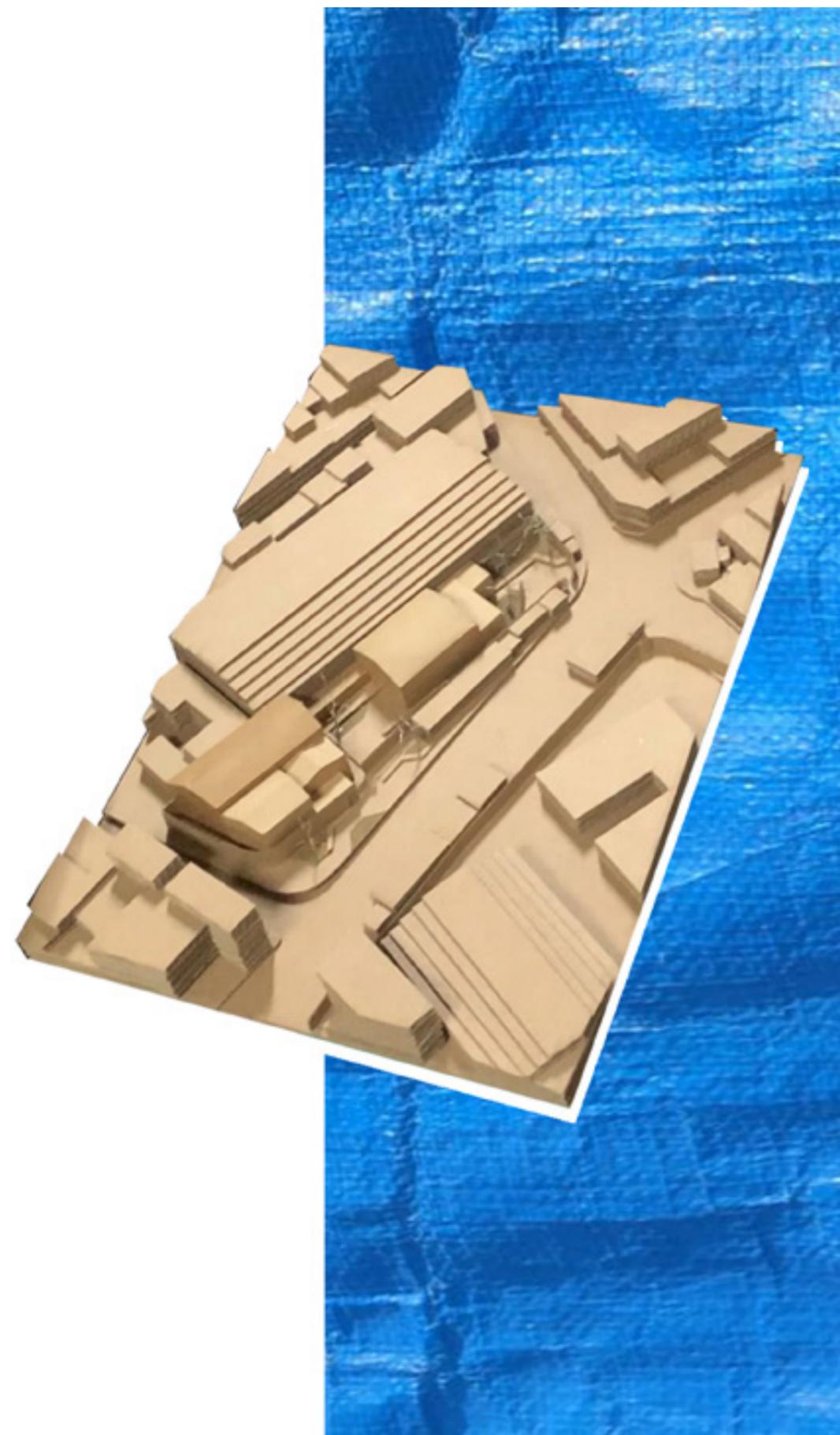


Imagem 99: Maquete de estudos.
Fotomontagem por Marllon Sevilha.



Um elemento muito importante na elaboração de uma proposta de projeto, mesmo que inicial, é a representação gráfica. Ao desenvolver um processo de projeto colaborativo, se faz necessário também refletir sobre como as ideias podem ser apresentadas e o que elas podem comunicar a respeito da proposta, inclusive nos campos mais subjetivos da imagem, bem como de que maneira essas imagens se relacionam com os corpos que as contemplam e que tipo de reverberação causam.

A utilização de uma maquete de estudo da área e de colagens que ilustram a proposta, de forma clara e simples, consolidou uma plataforma de discussão que possibilitou que os participantes desse processo participativo opinassem e interferissem na proposta construída,

sem barreiras ou impedimentos.

A maquete, elemento que facilita uma leitura tridimensional e volumétrica da proposta, transforma-se também em lugar de reflexo-ação, uma vez que não está atrelada à representação de uma ideia autoritária, fechada e concluída, mas sim ao processo. Isso se deve, em boa parte, à materialidade utilizada, uma vez que, ao abandonar o pressuposto em que o arquiteto e urbanista é a referência máxima no que tange a produção de espaços urbanos, e não se esforça em causar deslumbramento e, a partir disso, convencer os possíveis usuários desse espaço de que não existem possibilidades melhores de projeto. A utilização de materiais simples e de fácil manuseio constrói um espaço fértil para experimentações formais e criativas,

posto que as peças da maquete podem ser movimentadas e, dessa forma, diversos cenários podem ser analisados e discutidos a partir da possibilidade de utilização direta dessa ferramenta de elaboração projetual por parte dos participantes.

Complementar à utilização da maquete e alinhadas ao mesmo compromisso de comunicar um processo aberto, flexível e interferenciável, também são utilizadas colagens. As colagens, nesse processo, tem por objetivo comunicar ambiências e traçar possíveis referenciais estéticos, mesmo que de forma mais abstrata. Bem como com as maquetes, aqui as colagens são escolhidas como ferramentas de discussão de projeto pelo seu caráter experimental, que não

constrói uma imagem que coloca o espaço urbano em lugar comercializável e os corpos habitantes desse espaço como consumidores. Pelo contrário, a utilização de colagens abre espaço para o questionamento, para a interpretação e para a subjetividade.

A escolha dessas duas ferramentas e a sua utilização em conjunto as transformam em uma plataforma de diálogo, na qual as hierarquias se borram e o arquiteto, quem historicamente se propõe a impor, agora abre espaços para ser corrigido e ensinado, como também para ser coautor de uma proposta elaborada a várias mãos.



Imagens 101 e 102: Registros das interações com maquetes e colagens. Fotos por Márcio França.

Imagens 103 e 104: Registros das interações com maquetes e colagens. Fotos por Márcio França.

Ao compreender a maquete e as colagens como plataformas de diálogo e de construção de uma ideia, se fez possível alcançar outras informações sobre o projeto. Com essas ferramentas, possibilitando uma visão facilitada da ideia materializada, as considerações apresentadas, mesmo que construídas a partir de desejos, se revelavam mais práticas e técnicas. Esse momento proporcionou, a partir da identificação de fragilidades e inconsistências, a construção de um programa de necessidades mais claro e robusto, uma vez que deu-se falta de usos extremamente vinculados às vivências urbanas do território, as quais não haviam emergido até então.

Uma demanda relevante que estava ausente na proposta, originada de uma vivência que atravessa muitos corpos mareenses, é a presença de um bicicletário. Tendo em vista que a Maré é um dos maiores conjuntos de favela em extensão, a bicicleta torna-se um meio de transporte muito importante para percorrer distâncias maiores. A inserção dessa necessidade dentro do programa dos espaços livres reforça o caráter identitário da proposta e a aproxima do cotidiano da Maré.

Por meio das reflexões sobre a necessidade de um bicicletário, questões sobre acessibilidade também emergem, uma vez que os acessos às calçadas, sejam por bicicletas ou cadeiras de rodas, não são pensados para garantir um conforto a mobilidade com esses equipamentos. Dessa forma, surge também como demanda, a elaboração de acessos que permitam que bicicletas, cadeiras de rodas e qualquer outro tipo de acessório para pessoas com mobilidade reduzida transitem pelo espaço com conforto e facilidade.

Outro elemento que reverberou a partir do contato com a maquete e as colagens foi o entendimento do espaço livre como um espaço artístico também. Essa reflexão supera um paradigma histórico que relaciona a legitimação da arte aos espaços edificados e enclausurados, e reconhece as práticas culturais e artísticas faveladas e periféricas, muito relacionadas aos espaços livres, como potência. Além disso, a inserção da arte favelada como elemento importante nos espaços livres contribui para o desenvolvimento de um laço afetivo ainda mais resistente com o território, posto que carrega elementos comuns na construção identitária da juventude favelada, e também reforça o lugar do Museu nas disputas urbanas do território, uma vez que, de maneira prática, pode delimitar e marcar o espaço urbano.

Reafirmando a importância da inserção da arte no processo de projeto de espaços livres, uma parte da proposta ganha destaque por materializar a relação desses corpos com a arte. A proposta inicial apresenta, no pátio principal do Museu, um mobiliário que articula palco, assentos e vegetação. Esse elemento viabiliza expressões teatrais na área externa do museu e o transforma em um lugar de encontro e acolhimento. A boa receptividade do coletivo participante desse processo denuncia uma materialização eficaz das subjetividades individuais e coletivas em projeto de espaços livres, o que se tornou viável unicamente pela metodologia colaborativa. Em contrapartida, a identificação de falhas e fragilidades em outros pontos da proposta reforça a necessidade de estabelecer a participação coletiva como movimento contínuo.



Imagem 105: Maquete de estudos comentada. Fotomontagem por Marllon Sevilha.



Imagem 106: Colagens de estudos comentadas. Fotomontagem por Marllon Sevilha.

(in)conclusões: reflexões críticas e aprendizados

A coadjuvação como um lugar de afetamento e afetação

Através do processo aqui documentado, é possível perceber um movimento de reposicionamento do arquiteto, sem o qual esse processo jamais teria sido viável. Esse novo lugar para o arquiteto e urbanista dentro dos processos de construção da cidade se estabelece a partir do entendimento da participação popular como fundamental e, por isso, esses corpos devem ocupar esse lugar de protagonismo, antes dedicado exclusivamente aos profissionais de arquitetura.

Sobre esse novo lugar de exercício da profissão, que não tem aspectos muito definidos - tendo em vista a sua escassa experimentação -, é importante destacar que ocupar um lugar de coadjuvação não é equivalente a um lugar de passividade. Estar deslocado do protagonismo retira o ponto de vista do arquiteto do foco coletivo, mas não retira seu corpo e sua subjetividade do processo. Ou seja, mesmo em situações em que as perspectivas profissionais e técnicas estejam em segundo plano, ainda se demanda um esforço para organizar suas memórias e atravessamentos para que contribuam com as perspectivas que estão em primeiro plano. Na prática,

o projetar com, ao contrário do que se pode pensar, não reduz o arquiteto apenas à realização das demandas impostas a partir do trabalho técnico. Pelo contrário, o desafia a encarar a subjetividade do outro e também a sua própria em favor de um projeto político de cidade. Essa dinâmica impulsiona um movimento de retirada do arquiteto das lógicas modernas de produção de cidade, onde se impunha a ordem urbana pelo traço e as subjetividades humanas eram esmagadas pela padronização das quadras, das ruas e dos modos de vida.

Ainda há muito que se experimentar no que diz respeito aos modos de atuação do arquiteto e urbanista, especialmente em áreas de favela, mas essa experiência é uma comprovação de que, uma vez retirado o egocentrismo do arquiteto e restaurada sua humanidade e subjetividade, o tecnicismo profissional e os saberes populares podem, em conjunto, construir uma cidade que possibilite a existência de todos os corpos, principalmente os pretos e favelados.

Esta experiência não é um modelo

Em um cenário de escassez de experiências que inserem a participação como elemento estruturante na produção de espaços urbanos, todo o processo aqui relatado, ou qualquer outro processo participativo, representa um referencial e não um modelo. Isso se deve às variações circunstanciais que cada processo deve enfrentar, posto que a cidade não é um espaço homogêneo.

No cenário em que este processo se desenvolve, há um recorte bastante homogêneo: jovens artistas,

majoritariamente pretos e LGBTQIAP+, com percepções políticas e sociais bastante alinhadas. Trabalhar com um coletivo com essa formatação pode facilitar algumas pequenas coisas do processo, mas não o isenta das dificuldades encontradas no trabalho realizado a várias mãos.

Uma das coisas que facilitaram o desenvolvimento dessa experiência foi o vínculo preestabelecido com o coletivo que fez parte desse processo e, além disso, o seu interesse e sua disponibilidade. A receptividade e abertura para o desconhecido, características intrínsecas às práticas teatrais, foram fundamentais para que essa experimentação ocorresse sem grandes obstáculos. É provável que, com coletivos menos homogêneos e menos interessados na construção de cidade, talvez nem seja possível a realização de uma experiência como essa e, caso seja possível, outras estratégias de diálogo e de projeto deverão ser adotadas de acordo com o tempo e espaço disponibilizado para que, a partir dos possíveis conflitos, acordos sejam elaborados.

Um dos problemas encontrados no percurso dessa experiência foi o alinhamento de agendas, pois as rotinas dos envolvidos, na maioria das vezes, não coincidem. De um lado havia o Entre Lugares, coletivo de teatro com trabalho muito intenso e prazos de seu próprio processo a cumprir. Do outro lado, um estudante no fim da graduação com prazos universitários a cumprir. Encontros foram marcados, desmarcados e adiados pelos mais diversos motivos, mas, a partir do diálogo, novos arranjos foram feitos de acordo com as demandas do processo.

Processos participativos se articulam a partir da flexibilidade, pois nessa prática rizomática, os fatores circunstanciais e contextuais podem alterar os caminhos a serem percorridos diversas vezes e é necessário estar disposto para se organizar e reorganizar a partir desses imprevistos.

As situações trazidas acima são apenas pequenos exemplos de como os processos participativos respondem a uma lógica própria de funcionamento, pois articulam tempo e espaço de acordo como que é possível entre os participantes do processo. Além disso, desenvolver uma experiência colaborativa com grupos de outros recortes etários, raciais, políticos e de gênero, e visando atender a outros objetivos urbanos e sociais, podem demandar a utilização de outros dispositivos de escuta, logo, cada contexto possibilita uma experiência única.

Construindo Dispositivos de Escuta

Os dispositivos de escuta foram ferramentas fundamentais nessa experiência, uma vez que exploram o processo de escuta e também o de fala. Foram muito importantes para construir narrativas urbanas mais subjetivas, e até abstratas, como também para quebrar o gelo e estabelecer vínculos entre os participantes do processo.

Alguns dos dispositivos aqui aplicados são explicitados detalhadamente por Azevedo (2019) no livro "Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: Territórios Educativos em Ação". Todavia, ao compreender que processos participativos são completamente dependentes do contexto, em alguns

casos, como nessa experiência, não haverão precedentes e a construção desses dispositivos também será parte do processo.

Inserir os participantes no processo de construção desses novos dispositivos é fundamental para construir um lugar de fala e escuta que seja confortável para todos os envolvidos no processo. Questionar os modos de produção da cidade não se limita à inserção da participação popular nos métodos já existentes, como em uma participação passiva, é também discutir coletivamente os modos de fazer e debater a cidade.

Embora essa experiência não se comprometa em nomear e categorizar os dispositivos desenvolvidos e utilizados, muitos elementos teatrais foram incorporados aos dispositivos como forma de facilitar a comunicação entre os participantes. Essa inserção fica visível nos subsídios extraídos em cada etapa do processo, que dialogam diretamente com a linguagem urbana e também com a teatral. Outros coletivos com outras práticas também podem desenvolver materiais muito interessantes a partir da construção coletiva dos dispositivos diretamente ligados ao contexto.

Projetar para/com/na Maré

Desenvolver um plano de ações urbanas que contribua para a descriminalização da juventude da Maré seria inviável sem a participação da própria juventude mareense. A experimentação aqui documentada e ilustrada reforça a ideia de que, em territórios de favela, não há outro caminho além do projeto coletivizado.

Projetar para a Maré é, necessariamente, projetar com a Maré.

Para projetar com a Maré também é necessário projetar na Maré. É importante ressaltar também que este processo se inicia muito antes das atividades aqui registradas acontecerem. Além das etapas básicas de pesquisas históricas sobre o processo de formação do território, hoje reconhecido como Conjunto de Favelas da Maré, as idas a campo com o objetivo de vivenciar os espaços da Maré como indivíduo foram fundamentais para construir um imaginário particular a respeito do lugar.

Essas idas despreziosas a campo foram experiências que trouxeram novas camadas à paisagem Mareense. Conhecer as exposições artísticas do Galpão Bela Maré, assistir às apresentações musicais no Centro de Artes da Maré e depois comer uma pizza deliciosa na Nova Holanda, conhecer o polo gastronômico do Parque União e devorar esfihas muito saborosas, assistir palestras no Observatório de Favelas e comer um salgado de rua no Parque Maré, conhecer a exposição fixa do Museu da Maré, assistir uma peça e depois comer a melhor carne de sol da Maré, no Capitão da Maré, foram experiências que proporcionaram uma imersão no cotidiano da população mareense que não cabem nas sínteses das pesquisas acadêmicas. Conhecer e percorrer o território da Maré é indispensável para enxergar o que o racismo nos impede de ver diariamente: um território pulsante.

Outro aspecto importante do movimento de projetar na Maré é a não retirada dos participantes do seu território de origem. Desenvolver essa proposta de dentro do território Mareense

reafirma a favela como um lugar legítimo de produção de conhecimento, e neste caso, de produção de uma cidade política.

Mesmo com todas as atividades realizadas dentro do território da Maré, foi indispensável pensar em um recorte e uma forma de trabalho que não expusesse esses corpos a perigos como o de cruzar as fronteiras das facções, ou mesmo de cruzar com a polícia. Projetar na Maré é também saber, ou aprender, a lidar com as forças armadas, que infelizmente fazem parte do cotidiano Mareense. Nessa experiência, alguns rearranjos foram necessários tendo em vista a realização de operações policiais. Enfrentar esses conflitos, mesmo que indiretamente, torna perceptível o impacto desse tipo de ação na vida de pessoas faveladas, que precisam mudar suas rotinas e vidas em torno de um massacre a céu aberto e, geralmente, televisionado.

Essas várias camadas, que somente são percebidas pela vivência e imersão no território, servem de argumento para afirmar, mais uma vez, que projetar para a Maré, é projetar com e na Maré. A ideia de trabalhar colaborativamente e participativamente entra em contradição quando não se propõe aproximação física e corporal com o território. Para as questões da Maré, a própria favela é, e sempre será, o caminho

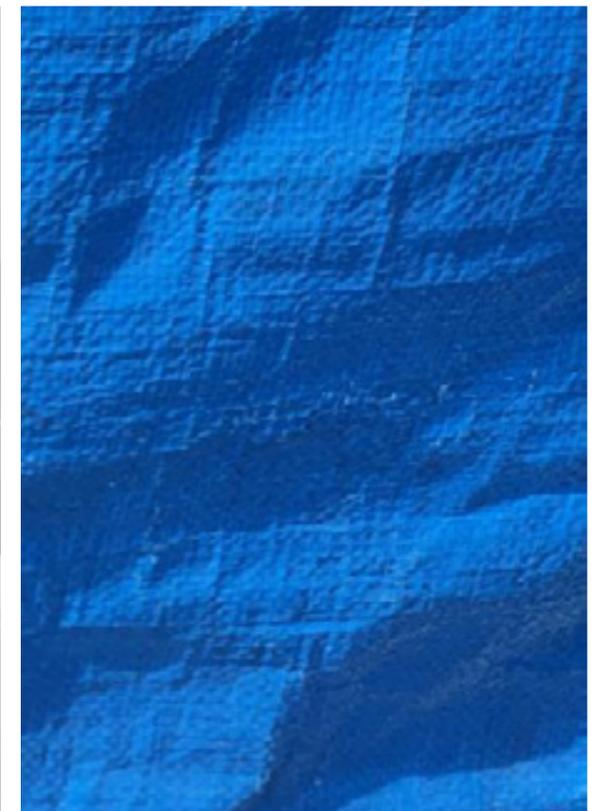


Imagem 107, 108 e 109: Registros do processo. Fotos por Márcio França.

referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 157 p.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 37, p. 34-46, 1994.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância**: Territórios Educativos em Ação. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019. 327 p.

BENETTI, Pablo César. **Violência e projeto urbano em favelas**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 048.00, Vitruvius, maio 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cke6e6v>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Lindbergh Farias. Relator. **Relatório Final**: CPI Assassinato de Jovens. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/upztf6hf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?

E-metrópolis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 27, p. 6-18, dez. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rs68h8b>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado), Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc5995sm>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORNER, James. The Agency of Mapping: speculation, critique and invention. In: DODGE, Martin; KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris (ed.). **The Map Reader**: theories of mapping practice and cartographic representation. Hoboken: Wiley, 2011. Cap. 12. p. 89-101.

CARVALHO, Pedro Emanuel de Vasconcelos. **antígonas na maré**: a dramaturgia entre lugares. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Artes da Cena, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p867hwa>. Acesso em: 20 dez. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/3sxfb2ve>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**,

Belo Horizonte, v. 34, n. 197406, p. 1-26, jul. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2pwsspj9>. Acesso em: 27 jan. 2022.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/5vdjr8cp>. Acesso em: 30 jan. 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 288 p.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 205 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (org.). **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019**: relatório do grupo gay da bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxw3fcs>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território**: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Parque da Maré**, 2018. Site de divulgação de informações a respeito do Parque da Maré. Disponível em: parquemare.rio.

Acesso em: 30 jan. 2022.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. 1. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. 108 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/m6bcxre6>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. **Guia de Ruas da Maré**. 2. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2014. 131 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ynf9hm3>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras re-flexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro da. **Maré**: a invenção de um bairro. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Bens Culturais e Projetos Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/kd8ae74v>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2018. 384 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.36

VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia (Orgs.). **Culturas e Resistências na Cidade**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018. 221 p.

